

MUSEU DO ÍNDIO

30 ANOS

1953-1983



CAPA:

Desenho de um sobrenatural Tikuna
de autoria de Carlitinho Guedes,
Aldeia Belém dos Solimões (AM).
Coletado por Jussara Gruber — 1979.

MUSEU DO ÍNDIO - 30 ANOS
1953 - 1983

EDIÇÃO COMEMORATIVA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
MUSEU DO ÍNDIO

MUSEU DO ÍNDIO - 30 ANOS
1953 - 1983

EDIÇÃO COMEMORATIVA

Rio de Janeiro
1983

MUSEU DO ÍNDIO, Rio de Janeiro. *Museu do Índio: 30 anos, 1953-1983.* Edição comemorativa. Rio de Janeiro, 1983. 61 p. il.

CDU — 069(81-1-82)

SUMÁRIO

Apresentação. Marília Duarte Nunes	7
O Museu do Índio. 1953-1983. Ruth Wallace de Garcia Paula e Jus- sara Vieira Gomes	9
A produção de filmes etnográficos do SPI; entrevista com Heinz Foerthmann. Claudia Menezes	23
O processo de transformação de grupos indígenas de Mato Grosso. Informe de pesquisa em andamento no Setor de Etnologia e Lin- güística	31
Atividades de documentação no Museu do Índio. Clara Maria Galvão e Maria de Pompéia A. Lima	37
Museu do Índio; as fontes de enriquecimento do seu patrimônio e a utilização cultural do acervo. Marília Duarte Nunes	43
As representações do Índio no livro didático. Claudia Menezes	49

A P R E S E N T A Ç Ã O

Esta publicação faz parte do programa de manifestações culturais levado a efeito pelo Museu do Índio, do Rio de Janeiro, em comemoração ao 30.º aniversário de sua fundação.

Contou-se com a colaboração especializada dos técnicos do Museu, que procuraram focalizar os principais aspectos da instituição.

O histórico da atividade do Museu desde a sua criação, rico em informações acerca de fatos culturais e administrativos constitui texto importante para o conhecimento da vida e filosofia da instituição durante o período.

O relato sobre a produção de filmes do antigo *Serviço de Proteção aos Índios* divulga entrevista inédita que elucida o empreendimento do documentarista cinematográfico Heinz Foerthmann no campo etnológico.

A introdução de matéria ligada ao problema do índio no livro didático justifica-se face ao grande interesse demonstrado pela classe de professores, parecendo útil e válida sua divulgação na medida em que se enquadra nos objetivos da criação do Museu do Índio — “combater preconceitos e estereótipos contra o índio” — num terreno fértil em aberrações contra a figura do indígena brasileiro, como é o livro didático.

Oportuna também é a divulgação sobre a criação e funcionalidade do Centro de Documentação, sistema de arquivo cujo critério prioritário é a salvaguarda, o controle e a organização de toda e qualquer documentação de interesse etnológico e indigenista existente no âmbito da FUNAI e em outras instituições que trabalham sistematicamente com indígenas.

O esforço despendido nesta publicação foi animado pela esperança de contribuir para um conhecimento maior e mais perfeito do Museu do Índio, de sua obra e da Causa Indígena à qual a instituição está intimamente ligada, sendo ela a própria razão da sua existência desde 1953.

Pela direção do Museu do Índio
Rio de Janeiro, maio de 1983
MARÍLIA DUARTE NUNES
Museóloga-Assessor II.

O MUSEU DO ÍNDIO: 1953-1983

Ruth Wallace de Garcia Paula
Lingüista do Museu do Índio

Jussara Vieira Gomes
Antropóloga do Museu do Índio

RESUMO: Informações sobre os antecedentes do Museu do Índio e atividades desenvolvidas nos trinta anos de sua atuação. Foi estruturado na Seção de Estudos do extinto Serviço de Proteção aos Índios e criado em 19 de abril de 1953. A partir de 1967 passou a fazer parte da Fundação Nacional do Índio, órgão que sucedeu o Serviço de Proteção aos Índios.

As fontes principais utilizadas para o levantamento dos dados basearam-se em documentos administrativos e Relatórios do SPI e do Museu do Índio.

1 — INTRODUÇÃO

Na década de 1890 foi criada a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a chefia do General Antonio Ernesto Gomes Carneiro. Um dos seus objetivos, entre outros, era obter informações sobre populações indígenas encontradas e manter contato e relacionamento com essas populações. Entretanto, sua repercussão só se fez sentir a partir do início deste século, quando Cândido Mariano da Silva Rondon, substituindo Gomes Carneiro, incrementou de tal forma suas atividades, que passou a ser conhecida como Comissão Rondon.

A consequência mais imediata do trabalho realizado pela Comissão Rondon, a propósito do interesse suscitado em relação aos grupos indígenas, foi a criação, pelo Decreto-Lei 8.072, de 20/6/1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.¹

O SPI, cujo primeiro Diretor foi o eminente indigenista Cândido Mariano da Silva Rondon, era o organismo que executava a política indigenista. Posteriormente, como órgão assessor e normativo, no Ministério da Agricultura, foi criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) através do decreto 1.794, de 22/11/1939.

* Mestre em Lingüística pela UFRJ. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Pelo regimento do SPI (Decreto-Lei n.º 10.652, de 16/10/1942) foi criada uma Seção de Estudos (SE), que tinha entre outras atribuições manter um museu em sua sede, idéia que só veio a se concretizar anos mais tarde, com a criação do Museu do Índio. A SE tinha por objetivo documentar, através de pesquisas etnológicas e lingüísticas, registros cinefotográficos e sonográficos, todos os aspectos das culturas indígenas, orientando suas atividades de modo a proporcionar diretrizes científicas à ação assistencial do SPI.

Funcionou a SE, nos primeiros anos, como um Setor de Documentação, realizando diversas expedições que alcançaram os índios *Terêna*², *Kadiwéu* e *Guarani* de São Paulo e do sul de Mato Grosso; em seguida os *Borôro*, *Umotina* e *Bakairí* dos rios São Lourenço, Paraguai e Parantinga; e, finalmente, as aldeias *Kamayurá*, *Mehináko*, *Nahukuá*, *Kuikúro*, *Trumái*, *Awetí*, *Waurá* e *Yawarapití* (Yawalapití) na região dos formadores do Xingu.

Durante esta fase, que se prolongou até 1947, reuniu um amplo documentário constituído de filmes, fotografias, discos e artefatos, grande parte dos quais não poderia ser obtido novamente porque, desde então, alguns dos grupos visitados desapareceram e outros sofreram profundas transformações.

Só em 1947 pôde a SE admitir "como assalariados" seus primeiros etnólogos, evoluindo assim, de uma equipe de documentação cinefotográfica e sonográfica para um verdadeiro centro de pesquisas etnológicas.

Naquele ano ingressaram no SPI o etnólogo Darcy Ribeiro e Max Boudin, especialista em Lingüística. O primeiro foi chefe da SE a partir de 1952. Desde então foram intensificadas pesquisas a respeito dos índios *Guaikurú*, *Fulniô*, *Maxakali*, *Kadiwéu* e *Ofayé*. Um programa mais ambicioso começou a desenvolver-se em 1949, com o estudo dos índios *Urubú-Kaapor* das matas do rio Gurupi (MA), quando foram mobilizados todos os recursos, num esforço conjunto dos especialistas da instituição.

As coleções de artefatos, fotografias, filmes e gravações obtidas nas diversas pesquisas foram devidamente classificadas e postas à disposição dos estudiosos para exame, tornando-se, assim, um importante acervo abrangendo um grande número dos grupos indígenas representativos de nosso território.

A musicóloga Helza Cameu, a partir de 1948 e durante os três anos seguintes, fez levantamento sobre instrumentos musicais, festas e danças relacionadas com esses instrumentos, deixando elaborado fichário técnico.

2. — O MUSEU DO ÍNDIO NO SPI

No I Congresso Indigenista Interamericano, instalado em "La Posada de Don Vasco de Quiroga" em Patzcuaro, Michoacán, México, em 19 de abril de 1940, escolheu-se esta data para o "Dia do Índio Americano". O Decreto-Lei n.º 5.540, de 20 de junho de 1943, no Brasil, fez cumprir essa resolução.

O Museu do Índio foi inaugurado, como parte da Seção de Estudos, em 19 de abril de 1953, comemorando o Dia do Índio Americano. Visava a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela SE, atingir o grande público e despertar seu interesse pelas questões indígenas.

Com a inauguração do Museu do Índio, através de exposições rotativas, tornou-se possível apresentar ao público o acervo reunido pela SE nos seus onze anos de atividades científicas sobre indígenas brasileiros.

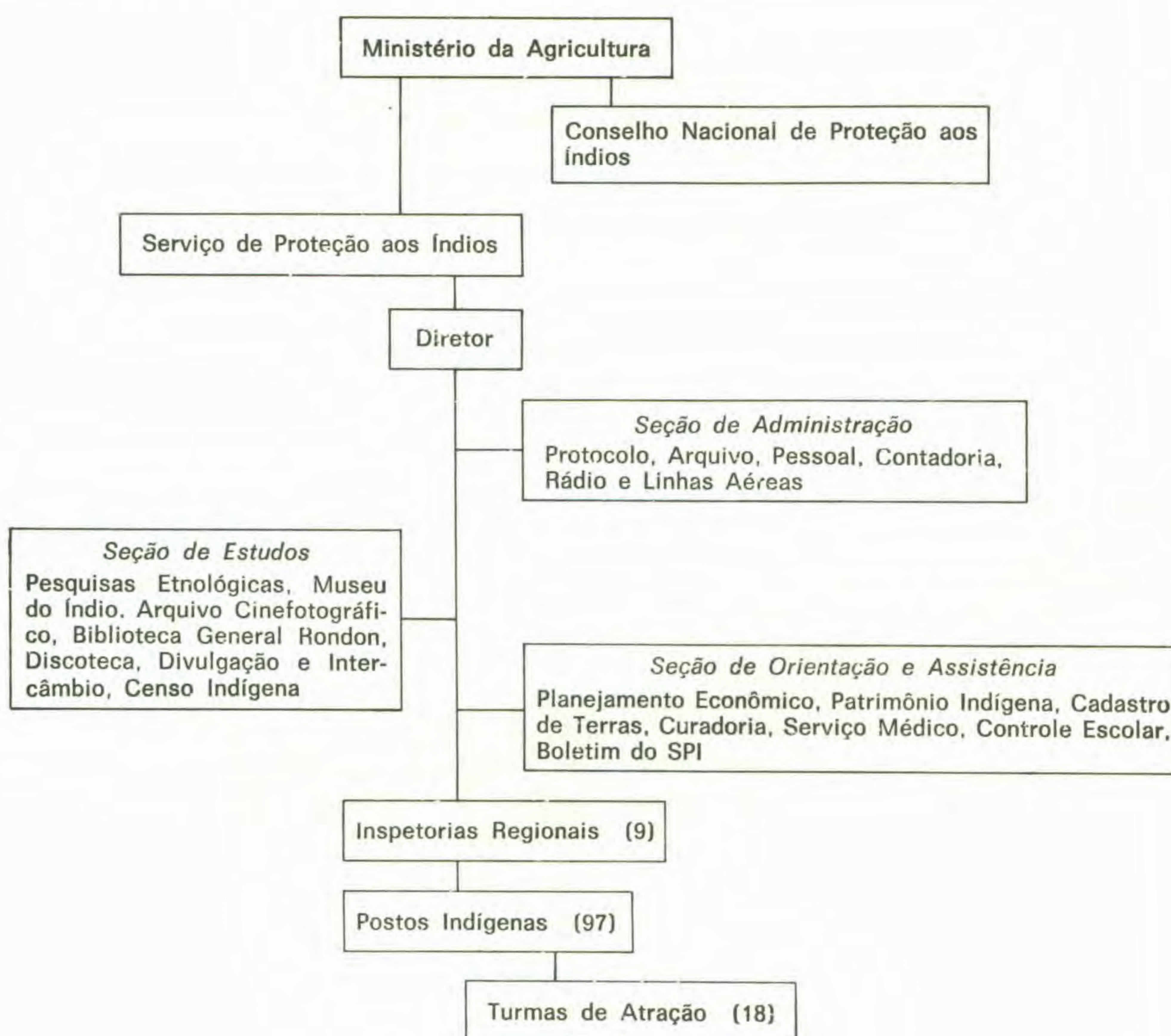
Na época Cândido Mariano da Silva Rondon presidia o CNPI, José Maria da Gama Malcher era o diretor do SPI e a chefia da SE estava a cargo de Darcy Ribeiro.

O CNPI e o SPI funcionavam na Av. Graça Aranha, n.º 81, 4.º andar e a SE utilizava, também, algumas salas do prédio do Instituto Benjamin Constant, na Praia Vermelha.

O arquiteto Aldary Toledo fez o projeto de adaptação do andar superior do prédio do Ministério da Agricultura, situado na rua Mata Machado, n.º 127, para sede da SE e instalação do Museu do Índio. O projeto representou, então, uma inovação na técnica museográfica.

O Museu contou, inicialmente, com 250 m² de exposições, tendo em funcionamento: o arquivo cinefotográfico, câmara de projeção, auditório, discoteca e uma biblioteca especializada em Etnologia Brasileira:

A estrutura organizacional do SPI era:



O Museu do Índio, instituição criada e mantida pela SE do SPI, esteve sempre comprometido com os propósitos de salvação das populações indígenas e nunca, obviamente, contentou-se com a estreiteza da perspectiva etnológica tradicional.

Por esta razão esforçou-se sempre por orientar as pesquisas de seu próprio corpo de técnicos, bem como as que patrocinou ou apoiou, no sentido de um interesse mais atuante pelos problemas de sobrevivência das populações indígenas. Com essa orientação, a expectativa foi sempre atingir não somente resultados práticos, através de conhecimentos,

que propiciassem o aprimoramento dos métodos assistenciais do órgão, como também aqueles com que tradicionalmente os etnólogos se preocupam.

As fontes principais utilizadas nos trabalhos de pesquisa da SE foram os arquivos das atividades do SPI, exaustivamente analisados, a bibliografia etnológica, que aliás, revelou-se mais pobre do que o esperado para esses estudos, e, sobretudo, as experiências de campo dos especialistas da própria instituição.

Entre as pesquisas de campo realizadas pelo Museu do Índio, destacam-se as de Eduardo Galvão, Chefe da Seção de Orientação e Assistência do SPI, que esteve no período de outubro de 1954 a janeiro de 1955 no rio Negro, Amazonas, estendendo seu programa de pesquisas, com o estudo do processo de formação das populações caboclas da Amazônia. Mário Ferreira Simões estudou a cerâmica dos índios *Karajá*, em 1954, focalizando, principalmente, as mudanças estilísticas e técnicas que se vinham operando na arte oleira daquele grupo, particularmente nas suas bonecas de barro (*litxokó*).

Roberto Cardoso de Oliveira, etnólogo do Museu do Índio, dedicou suas atividades de campo em 1954 e começo de 1955 à pesquisa sobre a assimilação dos *Terêna* do sul de Mato Grosso. O cinegrafista Heinz Foerthmann realizou uma documentação sobre o funeral dos índios *Borôro* que, ao ser apresentada em cópia provisória no Congresso Internacional de Americanistas, na cidade de São Paulo, em agosto de 1954, foi considerado como o mais valioso documento etnográfico já realizado sobre grupos indígenas brasileiros e a mais bem-sucedida tentativa de filmagem da vida cerimonial de um grupo indígena.

Dentro do programa de colaboração do SPI com outras instituições, Alfred Métraux, do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, realizou pesquisas junto aos índios *Kubén-Kran-Kegn* do sul do Pará. Permaneceu nas aldeias *Kubén-Kran-Kegn* nos primeiros meses de 1954, tendo ocasião de realizar pesquisas etnológicas naquele grupo *Kayapó* e iniciar um estudo das novas condições de vida impostas ao grupo pelo convívio pacífico com uma frente pioneira, representada principalmente por extractores de produtos florestais. Uma das preocupações da pesquisa de Métraux foi a procura de novas formas de assistência capazes de livrar os *Kayapó* da redução catastrófica que sofre um grupo indígena quando entra em contato com nossa sociedade. Em muitos casos, a mortalidade provocada por epidemias e outras causas foi de tal ordem que condenou populações indígenas inteiras ao desaparecimento ou as reduziu a um tão pequeno número, que impossibilitou o funcionamento do seu sistema social tradicional. Ainda sob os auspícios da UNESCO, Darcy Ribeiro trabalhou numa pesquisa sobre o processo de assimilação de grupos indígenas brasileiros.

Simone Dreyfus-Roche, etnomusicóloga do Museu do Homem, através do Conselho de Pesquisas Científicas da França, veio ao Brasil realizar um programa de documentação da língua e dos cantos, bem como da música instrumental de vários grupos indígenas Jê. Após a sua visita às aldeias *Kubén-Kran-Kegn* seguiu para os *Xavánte*, para um trabalho semelhante. As gravações colhidas por Dreyfus-Roche, juntamente com a copiosa documentação já existente sobre a música dos índios *Kadiwéu*, *Tembé*, *Urubú* e *Borôro*, permitiram ao Museu do Índio reunir o material necessário para formular problemas de musicologia indígena brasileira.

Podem ser lembradas, ainda, as pesquisas de Hans Dietchy, do Museu de Basileia (Suíça) e de Franz Caspar, da Universidade de Hamburgo, respectivamente entre os *Karajá* e *Tupari*.

Uma série de pesquisas relacionadas com as áreas da Medicina, da Etnobotânica e da Etnozoologia também foram levadas a efeito. Como exemplo temos as pesquisas de Noel Nutels e Leão da Motta, médicos do SPI, entre os *Xavánte*, *Karajá*, em grupos do Alto Xingu e os *Kayapó*; de Amaury Sadock de Sá, sanitarista da Prefeitura do Distrito Federal, junto aos índios *Xavánte*; de Pedro Clovis Junqueira, da Seção de Investigação Científica do Banco de Sangue da Prefeitura do Distrito Federal, no aldeamento *Karajá*, de Santa Isabel, na ilha do Bananal; e a pesquisa de Paulo Emílio Vanzolini, da Divisão de Zoologia do Museu Paulista, junto aos índios *Canela*, do Maranhão.

Um convênio foi firmado com a Comissão de Comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, para o Museu do Índio organizar uma exposição especial sobre a influência indígena, em face das contribuições portuguesa e africana, na formação da sociedade brasileira.

Outra atividade desenvolvida pelo Museu do Índio e que teve início na gestão de Darcy Ribeiro, como chefe da SE, foi a implantação do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, através de Convênio do SPI com a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O curso, que teve início em março de 1955, destinava-se à formação de pesquisadores e de pessoal habilitado para utilizar os recursos da moderna Antropologia no tratamento de problemas sócio-culturais, sendo indicado para pessoas formadas em Ciências Sociais, História e Geografia, que encontrariam oportunidade de especialização profissional. Funcionava com duas categorias de professores: os professores-conferencistas, convidados para proferir conferências ou seminários sobre temas de sua especialidade e os professores-orientadores, que formavam um conselho responsável pelas atividades didáticas, constituído pelos professores Eduardo Enéas Gustavo Galvão (Etnólogo do SPI), Luiz de Castro Faria (Antropólogo do Museu Nacional), Luiz de Aguiar Costa Pinto (Professor de Sociologia da Universidade do Brasil), Kalervo Oberg (Antropólogo da Smithsonian Institution), José Bonifácio Rodrigues (Professor de Antropologia da Fundação Getúlio Vargas) e Darcy Ribeiro (Etnólogo do SPI e coordenador do curso).

Em 1957 Herbert Serpa era o chefe da SE e esta estava dividida dos seguintes setores: Expedições e Pesquisas; Museu do Índio; Educacional; Médico; Biblioteca; Laboratórios (Cinematográfico, Fotográfico, Música Indígena, Artístico, Mapoteca, Maquinaria e Carpintaria e Obras) e Relações Públicas (Intercâmbio e Propaganda).

Entre os trabalhos do Setor de Expedições e Pesquisas Antropológicas, foi realizada a viagem de Roberto Cardoso de Oliveira e Charles Wagley, através da 8.^a Inspeção Regional, que apresentaram relatório sobre as condições dos índios *Tapirapé* e suas necessidades urgentes no campo da assistência e proteção.

Também Mário F. Simões esteve na 1.^a Inspeção Regional, enriquecendo o acervo do Museu com grande quantidade de artefatos dos índios da Amazônia.

Desde a sua inauguração o Museu do Índio apresentou anualmente uma exposição sobre um tema específico: por exemplo a 2.^a, em 1954, foi dedicada aos grupos indígenas da região dos formadores do rio Xingu; a 3.^a, em 1955, homenageou o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon pelo seu 90.^o aniversário e promoção ao Marechalato. A 6.^a exposição, inaugurada em 19 de abril de 1958, foi intitulada "Índios da Floresta Tropical". A propósito do tema dessa exposição promoveu-se um concurso do qual participaram 15.000 colegiais dos cursos ginásial e primário, cuja premiação constituiu-se de uma viagem a um Posto Indígena do SPI e uma coleção de livros de Monteiro Lobato, respectivamente

para os primeiros colocados dos cursos ginasial e primário. A 8.^a exposição, em 1960, foi em comemoração ao cinquentenário do SPI.

Ainda em 1958, quando Nilo Oliveira Vellozo era o chefe da SE, foi inaugurada uma seção de vendas de artefatos indígenas, os quais começaram a ser recebidos regularmente dos Postos Indígenas (PIs). Dessa seção de vendas originaram-se as Lojas Artíndia, que desde 1977 possuem autonomia (ligadas primeiro ao Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) e posteriormente ao Departamento Geral de Administração (DGA), ambos da FUNAI e, não mais funcionando agregadas ao Museu do Índio.

Especialistas de mais de 20 países se reuniram no Museu do Índio em Seminário patrocinado pela UNESCO. O representante do Museu do Homem de Paris referiu-se ao Museu do Índio como "a maior experiência de um Museu moderno de após-guerra" em carta de agradecimento enviada posteriormente.

No Setor de Etnologia e Pesquisa foram tratadas as bases para a remodelação do acervo cultural, tendo para isto sido organizada uma equipe de classificação sob a orientação de Mário F. Simões, que passou a treinar o pessoal necessário. Como medida preliminar, adaptou-se o código de classificação de dados culturais de Murdock³. Calculou-se que se levaria pelo menos dois anos para concluir esta tarefa, devido ao número de peças etnográficas e ao cuidado que uma classificação deste tipo requer, mas que possibilitaria ao Museu do Índio tornar-se o primeiro Museu a possuir um fichário completo segundo as normas da moderna Museografia.

Os demais setores organizaram-se, obedecendo critérios semelhantes aos do Setor de Etnologia e Pesquisa, inclusive a parte fotográfica, quando se procedeu ao fichamento etnofotográfico dos documentos em 35 mm.

Humberto Nabuco dos Santos chefiava a SE em 1959. Nesse ano, apesar dos poucos recursos que impossibilitaram as pesquisas de campo do órgão, o Setor de Etnologia e Pesquisa concluiu o Fichário Etnofotográfico em 35 mm, comportando o mesmo cerca de 12.000 fotografias devidamente classificadas por assunto, dentro de cada grupo indígena respectivo.

A parte de catalogação e classificação do material etnográfico prosseguiu, assim como a classificação de documentos de interesse antropológico e indigenista existentes na SE e ainda não devidamente organizados.

Iniciou-se o arquivamento de vocabulários indígenas, que estavam inseridos em outros documentos, além daqueles enviados por técnicos e agentes dos PIs.

O Museu do Índio serviu de modelo para várias instituições, através de consultas e pedidos de sugestões sobre catalogação e classificação de material etnográfico, assim como maneira de expor em museologia.

O Chefe da SE e Mário F. Simões deslocaram-se para Campos (RJ) a fim de examinarem o local de uma possível descoberta de extenso cemitério indígena amplamente noticiada. Depois de uma semana de trabalho, retornaram com farto material arqueológico e fotográfico.

Foi realizado um novo concurso para estudantes de escolas primárias e secundárias do Distrito Federal. Desta vez o tema foi "Vida e obra do Marechal Rondon", concorrendo 179 escolas, num total de 9.000 participantes. O primeiro prêmio para os vencedores de ambos os cursos constituiu-se de uma bolsa de estudos (um ano). O julgamento ficou a cargo do Departamento de Educação Complementar da Prefeitura do Dis-

trito Federal e a entrega de prêmios, realizada no auditório do Ministério da Agricultura, foi presidida pelo próprio Ministro da Agricultura.

O trabalho desenvolvido pelo Museu do Índio repercutiu favoravelmente, tanto a nível nacional como internacional, traduzindo-se pela freqüência de inúmeros visitantes de destaque, tais como: Paul Rivet, fundador do Museu do Homem (França); Kaj. Birket-Smith, Diretor do Museu de Compenhague (Dinamarca); Paulo Berredo Carneiro, representante do Brasil junto à UNESCO; F. G. Izikorvitz, Diretor do Museu Etnográfico de Gotemburgo (Suécia); Albert Demangeon, da Universidade de Lyon (França); B. Holas, Diretor do Museu da Costa do Ouro (África); Jean Turnes, Subdiretor Geral da UNESCO; o Príncipe Mikasa (Japão); Gastão Cruls; Ministro Paschoal Carlos Magno; Cecília Meireles; Georges Henry Rivière, Presidente do International Council of Museums (ICOM) e Chestmir Loukotka, entre outros.

Por volta de 1958-59 os documentos administrativos do órgão passaram a referir-se ao Museu do Índio e à Seção de Estudos como sinônimos.

Nilo Oliveira Vellozo voltou à chefia da SE/Museu do Índio em 1960. Em continuidade aos concursos para escolares que vinham sendo promovidos anualmente, foram realizados nesse ano: um sobre o tema "Fundação e Vida do SPI", em comemoração ao cinquentenário da instituição, um de pintura sobre "Motivos Indígenas" e outro para professores, intitulado "Exaltação a Rondon".

O SPI foi transferido para Brasília em 15/5/61, tendo-se mantido no Rio, no mesmo prédio da rua Mata Machado, o "Museu do Índio, uma Seção de Estudos", como a ele refere-se um ofício da época.

Josias Ferreira de Macedo foi chefe da SE em 1962 e quando deixou o cargo, em fevereiro de 1963, o mesmo foi reassumido por Nilo O. Vellozo. Ainda neste ano a SE foi transferida para Brasília e o museólogo Geraldo Pitaguary ficou encarregado do expediente do Museu, que permaneceu no Rio de Janeiro.

Pelo Decreto n.º 52.665, de 11/10/63, o Museu do Índio passou a constituir um setor da Seção de Documentação e Divulgação do CNPI, ainda ligado ao Ministério da Agricultura.

De 1963 até a criação da FUNAI, o Museu do Índio esteve subordinado ao CNPI, presidido por Heloísa Alberto Torres. O CNPI passou a funcionar no prédio da rua Mata Machado, junto ao Museu, em 1967, pouco antes de sua extinção.

Há uma enorme lacuna no que se refere às atividades do Museu do Índio nos anos sessenta, devido às diversas reformas administrativas, tais como a transferência do SPI e da SE para Brasília, a do Museu do Índio para a Seção de Documentação e Divulgação do CNPI e, posteriormente, a extinção do SPI e do CNPI, com a conseqüente criação da FUNAI, acrescentando-se o incêndio de grande parte da documentação do SPI, em Brasília, no ano de 1967, no qual desapareceram documentos de inestimável valor histórico. Entretanto, os dados e informações disponíveis sobre aquele período sugerem que o Museu teria continuado normalmente a desempenhar suas atividades básicas, embora a escassez de recursos e a ocorrência das diversas transformações citadas não tenham propiciado o desenvolvimento de projetos de pesquisa de vulto, como os da década de cinquenta.

3 — O MUSEU DO ÍNDIO NA FUNAI

Com a reforma administrativa vigente no país em 1964 e face à necessidade de se unirem em uma única entidade administrativa todos

os órgãos assistenciais indígenas, extinguiram-se o CNPI e o SPI, criando-se pela Lei 5.371, de 5/12/1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no Ministério do Interior.

A FUNAI, por força da lei, foi obrigada a absorver os antigos funcionários públicos, ainda ligados ao Ministério da Agricultura, mas que foram, gradativamente, retornando às suas repartições de origem, para efeito de enquadramento no novo "Plano de Reclassificação de Cargos" do funcionalismo público federal. O Museu do Índio viu-se, privado, no ano de 1974, da colaboração de muitos técnicos com experiência e interesse pela causa indígena, o que motivou a paralisação de certos setores, por falta de mão-de-obra capacitada.

Alguns funcionários públicos optaram por sua permanência na FUNAI e com a contratação de novos especialistas foi-se recompondo o quadro técnico do Museu.

O novo organismo indigenista foi-se estruturando em Departamentos, comportando o Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPO), que abrangia uma Divisão de Estudos e Pesquisas (DEP), à qual o Museu do Índio ficou subordinado.

Ocorrendo o afastamento de Heloisa Alberto Torres, após ter estruturado o Museu no novo organograma da FUNAI, Flora Schlesinger assumiu a chefia do mesmo.

No período de dois anos de administração, sua gestão caracterizou-se por um intercâmbio com os adidos culturais das Embaixadas estrangeiras, visando uma divulgação maior e mais intensa da obra do Museu e da causa do indígena brasileiro.

Ney Land substituiu Flora Schlesinger, tendo permanecido à frente da instituição até agosto de 1981.

Ao assumir a administração do Museu, em 1/8/1972, traçou um novo programa administrativo para o órgão. Sua preocupação maior foi lutar por uma sede condigna para o Museu do Índio. Neste sentido, através do Processo n.º 0768 — 28.676/76, foi encaminhada aos poderes públicos a proposta de instalação do Museu do Índio no Parque Lage do Rio de Janeiro, imóvel pertencente à União, desapropriado pelo decreto 77.293/76. Favoráveis à iniciativa opinaram, além do Diretor do Jardim Botânico, o Presidente do IBDF, o Ministro da Agricultura (Alysson Paulinelli — Aviso 396/76), o Serviço do Patrimônio da União, a Secretaria-Geral do Ministério da Fazenda e o Ministro da Fazenda (Mário Henrique Simonsen — Exposição de Motivos 078/77). Mas o Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, pelo Aviso 1.183/77, ponderou que seria mais razoável ceder-se o Parque Lage ao IBDF, para depois, então, cuidar-se da instalação do Museu do Índio no Palacete Lage.

O Ministério da Fazenda, então, atendendo à sugestão do Chefe da Casa Civil, pela EM 328/77, submeteu à Presidência da República novo projeto de decreto sobre a cessão do Parque Lage ao IBDF, com a finalidade de ampliar a área do Jardim Botânico. Infelizmente, apesar de todos os esforços e do espírito de luta, Ney Land não obteve êxito na pretensão de instalar o Museu no Palacete Lage.

Foram, ainda, programas de sua administração: No setor museológico o acervo etnográfico foi enriquecido por coleções e peças avulsas doadas por pesquisadores; houve, periodicamente, a renovação das exposições permanentes do Museu; estabeleceu-se o sistema de "coleções de estudo", destinado a público especializado (antropólogos e pesquisadores em geral), que é parte do acervo classificado tecnicamente, possibilitando estudos mais pormenorizados, de caráter ergológico; criou-se a exposição-itinerante em vitrines valises, que percorrem colégios

e instituições culturais divulgando a cultura indígena; introduziu-se o serviço de guias-bilíngües, a fim de melhor atender o público escolar e estrangeiro em visita ao Museu.

A criação do "Boletim do Museu do Índio", publicação oficial do órgão, de cunho científico, dividido em séries, possibilitou permuta com outras instituições. Para financiar a publicação do Boletim foram feitos convênios com o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Foram, ainda, firmados convênios com a Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM), com a Fundação Cinemateca Brasileira, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), para a restauração do acervo fílmico do Museu do Índio, bem como elaboração de novas cópias. A realização de novos filmes etnográficos também estava prevista no Convênio com a EMBRAFILME e foi feito, em 1977, o documentário sobre a festa do flechamento do umbu, no Posto Indígena Pankararu.

No tocante à música indígena, procurou-se modernizar o equipamento e recuperar as gravações em fitas e discos. Com a ajuda do laboratório de som do MAM, tentou-se copiar em fitas as velhas gravações em fios, trabalho este infelizmente interrompido pelo incêndio ocorrido no MAM.

Em 9/5/1976 foi criado, pela Portaria n.º 451/N, do Presidente da FUNAI, o Centro de Documentação Etnológica (CDE, CEDET ou CENDOC). "Nasceu da necessidade de se estabelecer um sistema de arquivos, que tivesse como critério prioritário e salvaguarda, o controle e a organização de toda e qualquer documentação de interesse etno-histórico e indigenista, existente no âmbito da FUNAI e em outras instituições que trabalharam sistematicamente com indígenas, como as extintas Comissão Rondon, Fundação Brasil Central e Conselho Nacional de Proteção aos Índios, com vistas à reconstrução, tão completa quanto possível, do acervo perdido no incêndio de 1967, nas dependências do Serviço de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, em Brasília." ⁴

Entre as principais atribuições do Centro estava o assessoramento à Presidência da FUNAI e, em particular, a sua Procuradoria Jurídica, fornecendo-lhes informes e elementos documentais capazes de elucidarem questões relacionadas às terras indígenas. Foi assinado Convênio com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) para financiamento de microfilmagem dos documentos.

Com o objetivo de incrementar as atividades do Museu do Índio na área da Arqueologia e obter assessoramento técnico nesta área de estudos foram assinados convênios com o Instituto Superior de Cultura Brasileira (ISCB) e com o Centro Brasileiro de Arqueologia (CBA).

Através do Convênio com o CBA, entre outras atividades desenvolvidas, foram iniciadas duas pesquisas arqueológicas, ambas em 1980: a primeira para levantamento de sítios arqueológicos no município de Jeceaba (MG) e a segunda no Posto Indígena Mangueirinha (PR). As duas pesquisas estiveram a cargo da arqueóloga Jussara Vieira Gomes ⁵ e do geógrafo Fernando Dantas Agreira, técnicos do CBA.

Entre os Convênios firmados pelo órgão na década de setenta pode ser citado, ainda, aquele firmado com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para o desenvolvimento de projeto de pesquisa sobre o processo de integração dos grupos indígenas *Xavánte*, *Paresi* e *Irantxe* ⁶, com a duração de dois anos e sob a coordenação da antropóloga Cláudia Menezes. Um convênio com a Fundação Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) objetivava a remuneração de estagiários.

Ney Land, em sua gestão, manteve e procurou incrementar o programa de estágios para universitários na área de Ciências Humanas, visando sua orientação e treinamento em Etnologia, Lingüística, Arqueologia e Biblioteconomia. Vários estagiários em Etnologia foram, inclusive, aproveitados durante a implantação do Centro de Documentação Etnológica, como contratados pela FUNAI.

Tal programa de estágios recebia estagiários remunerados pela Fundação MUDES, cumprindo vinte horas semanais e estagiários não-remunerados, cumprindo nove horas semanais. No caso específico dos estagiários de Museologia, estes eram provenientes do curso de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), cumprindo as horas exigidas pelo estágio curricular, obrigatório para a conclusão do curso.

Muitos dos estagiários foram preparados por seus orientadores (técnicos do quadro de pessoal do Museu do Índio) e lograram ingressar em cursos de Mestrado em Antropologia Social e em Lingüística.

Os estagiários foram sempre incentivados no desenvolvimento de seus projetos de pesquisa documental sobre diferentes aspectos relativos a diversos grupos indígenas. Alguns deles tiveram, inclusive, a oportunidade de realizar pesquisas de campo, acompanhados por seus orientadores e puderam publicar trabalhos de sua autoria em periódicos especializados.

Foi intensificado, também, o programa de cursos de extensão universitária, sendo realizados, anualmente, a partir de 1969, uma série de Cursos sobre Noções de Antropologia, outros cursos avulsos sobre Antropologia e áreas afins, além das duas primeiras Jornadas Brasileiras de Arqueologia e do 1.º Encontro Museológico.

No que diz respeito à divulgação do índio através do Museu, foram freqüentes as entrevistas, palestras e conferências realizadas pelo pessoal especializado do órgão, não só na própria sede, como também em diversas instituições. O Museu do Índio foi, também, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, através de reportagens e entrevistas. A Semana do Índio continuou sempre merecendo intensa programação comemorativa.

Em cumprimento às determinações do Ministro do Interior, Dr. Maurício Rangel Reis, por documento datado de 1/12/1977, o Museu do Índio viu-se obrigado a deixar o prédio que ocupava na rua Mata Machado (Maracanã) e a instalar-se no imóvel tombado pela SEPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na rua das Palmeiras, 55 (Botafogo).

Exemplar nobre de arquitetura civil do século XIX, a casa da rua das Palmeiras tem área limitada e própria a uma residência da época, diminuindo as possibilidades de instalações para um Museu. Acresce que o Museu ainda divide sua área com as instalações da Fundação Projeto Rondon e da garagem do Ministério do Interior.

Feitas as adaptações necessárias, o Museu do Índio foi reaberto ao público, no novo endereço, a partir de 12/12/1978, com sua exposição permanente intitulada: O ÍNDIO BRASILEIRO, SEU MUNDO ECONÔMICO, UNIVERSO SÍMBÓLICO E SOCIAL.

Apesar de só em dezembro de 1978 ter sido reinaugurado o Museu e a nova exposição aberta ao público, as demais atividades, tais como a Biblioteca Marechal Rondon, o Centro de Documentação Etnológica, os cursos, etc. já estavam em funcionamento dois meses após a transferência do Maracanã para Botafogo.

No entanto, as instalações do laboratório fotográfico somente puderam ser concluídas em fins de 1981.

Ainda em abril de 1981 foi lançado um concurso de redação versando sobre o tema "A Exposição do Museu do Índio: Mundo Econômico, Social e Simbólico", para alunos da 8.ª série do 1.º grau dos colégios do bairro de Botafogo. Os três primeiros colocados receberam peças de artesanato indígena como prêmio.

Entre as atividades de pesquisa do Museu pode ser citado, a partir de 1979, o trabalho da lingüista Ruth Wallace de Garcia Paula⁷, com respeito, principalmente, ao Estudo Comparativo das línguas Karib no Brasil, cujos resultados vêm sendo publicados, inclusive, no Boletim do Museu.

A partir de 1980 nova estrutura foi dada à FUNAI: o DGPC foi extinto e criou-se a Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas (AGESP). O Museu ficou subordinado a esta Assessoria e posteriormente sofreu transformações, pois o Centro de Documentação Etnológica foi transformado em Centro de Museologia e Documentação (CEMDOC), ficando o Museu do Índio, com a Biblioteca Marechal Rondon e todos os demais serviços do órgão, subordinado ao referido Centro.

Tal transformação aconteceu a partir de 1/9/1981, quando Carlos de Araújo Moreira Neto, que já vinha à frente do antigo Centro de Documentação Etnológica, como Assessor da AGESP, foi designado para dirigir o CEMDOC. Na mesma data, a museóloga Marília Duarte Nunes, que há anos vinha exercendo suas funções à frente do setor de Museologia, substituiu Ney Land na administração do Museu, agora subordinado ao CEMDOC. A criação do CEMDOC foi homologada pela Portaria n.º 743/N, de 11/1/1982.

No curto período de sua gestão, Moreira Neto preocupou-se, principalmente, em ampliar o quadro de pessoal, com a contratação de mais técnicos qualificados, estruturar o CEMDOC e fazer um novo Regimento Interno, para um aproveitamento melhor do potencial cultural da instituição. Seus esforços foram, porém, interrompidos quando deixou o cargo, em 1.º de maio de 1982.

Ainda na mesma gestão o Museu, em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, lançou o "Concurso Angelo Kretã", incentivando a criação de peças teatrais, cujo tema era o índio brasileiro e destinado a estudantes do 1.º grau.

Com o afastamento de Carlos de Araújo Moreira Neto, a museóloga Marília Duarte Nunes ficou respondendo pela instituição como um todo. Em maio de 1982, o Chefe da AGESP, Ivan Zanoni Hausen, determinou que o Centro de Documentação voltasse a se constituir um setor do Museu do Índio e que fosse elaborado um novo Regimento Interno. Por uma questão de tradição e por assim ser conhecido internacionalmente, não seria conveniente mudar o nome do Museu para CEMDOC. O Regimento foi elaborado, aguardando-se a aprovação pela FUNAI.

3 — O MUSEU DO ÍNDIO EM 1983

O Museu do Índio continua ligado à Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da Fundação Nacional do Índio. Na direção do órgão encontra-se a museóloga Marília Duarte Nunes, Assessora da AGESP. De acordo com o novo Regimento Interno é a seguinte a sua estrutura organizacional:



Segundo o Regimento, o Museu tem por objetivos: ampliar conhecimentos sobre os grupos indígenas brasileiros; prestar assessoramento especializado à administração da FUNAI; manter intercâmbio cultural e científico com outras instituições interessadas no bem-estar e cultura dos índios brasileiros; e divulgar, por todos os meios ao seu alcance, conhecimentos etnológicos, lingüísticos e documentais.

No Setor de Museologia, onde atuam uma museóloga e duas guias bilíngües, continuam em andamento as seguintes atividades: visitas guiadas para o público, atividades do serviço educativo (programação de curso na área de Educação), empréstimo de exposição itinerante e "coleções de estudo" à disposição do público especializado. O acervo etnográfico compõe-se hoje de cerca de 12.000 peças dos diferentes grupos indígenas brasileiros.

A Biblioteca Marechal Rondon, especializada em Etnologia Indígena Brasileira, contém aproximadamente 25.000 volumes, abrangendo livros e periódicos nacionais e estrangeiros. São encarregados pelos serviços lá executados, uma bibliotecária e dois auxiliares administrativos. Encontra-se aberta diariamente, no mesmo horário da exposição (de 10 às 17 horas), atendendo um público variado, que inclui estudantes e pesquisadores.

O Setor de Etnologia Indígena compõe-se de uma antropóloga e uma lingüista e cada uma destas técnicas desenvolve pesquisas em suas áreas de especialização. Quanto ao trabalho da antropóloga, este é auxiliado por um grupo de bolsistas do CNPq.

No Setor de Documentação estão lotados uma documentalista (Assessora da AGESP), duas antropólogas, um musicólogo e um fotógrafo. Consta de amplo acervo especializado em Etnologia Indígena Brasileira, incluindo documentos, recortes de jornais, mapas, filmes, discos, fitas e fotografias. Vem sendo realizado intenso programa de microfilmagem dos documentos, que já reúne um total de 500.000 documentos microfilmados. Frequentemente é procurado por pesquisadores, além de fornecer, regularmente, informações para a administração central da FUNAI.

No que se refere à Assessoria Administrativa, encarrega-se dos aspectos relativos aos serviços de pessoal, de patrimônio e financeiro. Estes são executados por uma técnica em contabilidade (Assessora da AGESP), um técnico em administração e duas auxiliares administrativas.

No quadro de pessoal administrativo do Museu do Índio consta, ainda, uma auxiliar administrativa encarregada dos serviços de secretaria, um artífice, dois motoristas, um vigilante, dois encarregados dos serviços gerais e uma auxiliar de Portaria.

Após um curto período de interrupção do programa de estágio para universitários, este está sendo reativado, contando, no momento, com três estagiárias em Etnologia Indígena.

No ano do seu trigésimo aniversário, o Museu do Índio vem desenvolvendo intensa programação, visando, principalmente, maior divulgação de suas atividades culturais, assim como da imagem do índio brasileiro junto ao público em geral. Inclusive, com a colaboração da TVE, foi realizado um programa na série "MUSEUS" dedicado ao Museu do Índio, uma semana do programa infantil de Daniel Azulay dedicado ao índio brasileiro, seus usos e costumes, além do lançamento, em 19/4/1983, em co-patrocínio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de um carimbo comemorativo ao 30.º aniversário de fundação do Museu.

NOTAS

- 1 O SPI pertenceu, inicialmente, ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi incorporado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pelo Decreto n.º 19.433, de 26/11/1930. Posteriormente, pelo Decreto n.º 24.700, de 12/7/1934, passou a constituir um departamento da Inspetoria de Fronteiras do Ministério da Guerra. Em 3/11/1939, pelo Decreto n.º 1.736, o SPI ficou subordinado novamente ao Ministério da Agricultura. Com a extinção do CNPI e SPI, foi criada a FUNAI, vinculada ao Ministério do Interior, em 5/12/1967, e pela Lei n.º 5.361.
- 2 Para a grafia dos nomes tribais utilizamos aquela publicada na **Revista de Antropologia**, 2 (2), dez. 1954.
- 3 MURDOCK, George P. et alii. **Guia para la clasificación de los datos culturales**. Washington, Union Panamericana, 1954. 248 p. (Manuales Tecnicos, 1).
- 4 Catálogo do material lingüístico originário da Comissão Rondon, **Boletim do Museu do Índio. Documentação**. Rio de Janeiro (2):1-39, 1982.
- 5 Jussara Vieira Gomes já pertencia ao quadro de pessoal do Museu do Índio em 1980, mas era também, na época, Executora do citado Convênio, por parte do CBA.
- 6 Projeto "O processo de transformação dos grupos indígenas de Mato Grosso".
- 7 A referida pesquisadora incorporou-se ao quadro de técnicos do Museu do Índio em julho de 1979, mediante transferência da sede da FUNAI em Brasília.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Leis, Decretos etc. **Exposição de motivos e decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910**. Cria o Serviço de Proteção aos Índios e localização de trabalhadores nacionais e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.
2. ————. Leis, Decretos etc. **Decreto n.º 9.081, de 3 de novembro de 1911**. Dá novo regulamento ao Serviço de povoamento. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912.
3. ————. Leis, Decretos etc. **Regimento do Serviço de Proteção aos Índios**. Rio de Janeiro, 1947. [Aprovado pelo Decreto n.º 10.652, de 16/10/1942 e modificado pelos Decretos ns. 12.318, de 27/4/43 e n.º 17.684, de 26/1/45.]
4. CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Coletânea de Leis, Atos e Memórias referentes ao indígena brasileiro compilados por Humberto de Oliveira**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1947. 229 p. (Comissão Rondon, 94).

5. MUSEU DO ÍNDIO, Rio de Janeiro. **Documentos administrativos** (vinculados ao SPI).
6. ———. **Documentos administrativos** (vinculados à FUNAI).
7. ———. **Relatórios de atividades**. 1973/80.
8. ———. **Regimento Interno**. 1982 [inédito].
9. ———. [Depoimentos de antigos funcionários.]
10. NUNES, Marília Duarte. O Museu do Índio. **Nheengatu**. Rio de Janeiro I (1): 7-18, 1977. [Cadernos Brasileiros de Arqueologia e Indigenismo. Inst. Sup. de Cultura Brasileira.]
11. RIBEIRO, Adalberto Mário. Serviço de Proteção aos Índios. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro. 3 (3), set. 1943.
12. RIBEIRO, Darcy. Atividades Científicas da Secção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. **Sociologia**, São Paulo, XIII (4):363-385, 1951.
13. ———. **A Política Indigenista Brasileira**. Rio de Janeiro, SIA, 1962.
14. RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Missão Rondon**. Rio de Janeiro. Jornal do Comércio, 1916. 458 p. cap. 1.
15. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Relatórios**. 1953/54, 1957/60.

(Entregue para publicação em maio 1983)

A PRODUÇÃO DE FILMES ETNOGRÁFICOS DO SPI: ENTREVISTA COM HEINZ FOERTHMANN

Claudia Menezes
Antropóloga do Museu do Índio

"O que importa é a espontaneidade, a cerimônia real é inteiramente diferente, é a diferença entre a vida e a morte."

H. Foerthmann

RESUMO: Histórico das atividades fotocinematográficas da Seção de Estudos do SPI. Descrição das diversas filmagens feitas junto a grupos tribais. Orientação das tomadas e equipe responsável. Descrição de cinco filmes de autoria de H. Foerthmann e observações sobre a série fílmica Comissão Rondon.

Quando eu era estudante de Antropologia no Museu Nacional, ouvi falar em Heinz Foerthmann através de Roberto Cardoso de Oliveira, que o mencionava todas as vezes que surgia alguma conversa sobre cinema. Naquela época, não entendia bem por que era tão lembrado, já que não pertencia ao quadro de cineastas legitimados, que construíam a linguagem do cinema brasileiro de ficção na década de sessenta.

Anos mais tarde, quando o interesse pela problemática indígena foi associado à minha experiência cinematográfica — através do trabalho ligado ao filme etnográfico — foi que Foerthmann passou a ser realmente significativo para mim.

Alemão de nascimento, documentarista, fotógrafo e professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, foi um apaixonado observador da cultura indígena, tendo vivido mais próximo do universo de preocupações dos antropólogos e sertanistas do que no meio cinematográfico.

De estatura média, forte, corpo ainda jovem para a idade, óculos de lentes grossas, reservado, com estilo de falar baixo e rápido, conheci Foerthmann em 1976, pouco antes de sua morte, quando colaborou informalmente com o projeto de recuperação do acervo fílmico do Museu do Índio, então em andamento. Em uma de suas visitas dispôs-se a falar. Dessa conversa resultou este depoimento, rico de informações, sobre o que constitui um capítulo importante da realização fílmica de temática indígena no país.

A Trajetória do Documentarista

Corria o ano de 1942. Rondon, em virtude do enorme prestígio que desfrutava, obteve do DASP, por intermédio de seu diretor Simões Lopes, uma dotação de verba especial, cerca de mil contos, que destinou à organização de um Serviço de Documentação cuja função era registrar — através de meios sonoros e visuais, fílmico e fotográfico — as culturas indígenas brasileiras.

Para Foerthmann o que se pretendia fazer naquela época era basicamente o que se deseja hoje, com a diferença porém, de "inexistir uma fundamentação antropológica e como havia poucos elementos, a coisa era improvisada e sem orientação técnica de especialistas". Embora a proposta fosse preservar as manifestações culturais indígenas, os filmes realizados nos primeiros anos da década de 40 tiveram caráter essencialmente promocional das atividades e dos diretores do órgão.

Em 1942, H. Schultz e Nilo Velloso foram filmar, em Mato Grosso, os índios Kadiwéu e os Terena. No ano seguinte, Schultz realizou novo documentário sobre os Umutina, também em Mato Grosso, quando quase perdeu a vida agredido por um índio. Nesse mesmo período, Nilo Velloso iniciou uma série de realizações filmando, em 1943, um grupo Bororo e participando posteriormente, em 1944, de uma expedição ao Rio Curisevu, onde documentou os Kamayurá. Dois anos depois filmou os Kuikuro (Xingu) e, em 1952, os Xavante do Rio das Mortes. Foerthmann integrou as equipes de filmagem do Serviço de Documentação na qualidade de fotógrafo de still.

As películas eram de inteira responsabilidade dos cinegrafistas, que se encarregavam do roteiro, da feitura do texto e da trilha sonora. A escolha do grupo indígena, no entanto, era feita por sugestão de Rondon.

A preocupação maior do setor era documentar a tipologia física das diferentes tribos e aspectos da cultura material. Foerthmann, entretanto, discordava desta orientação, acreditava que deveria dar mais ênfase ao registro da vida cotidiana dos grupos indígenas.

O esquema de trabalho instituído por Schultz se desmantelou pouco depois da sua saída do Serviço de Documentação em 1945, devido a problemas de ordem pessoal e profissional; era difícil conciliar suas atividades no SPI e no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Transferiu-se em seguida para São Paulo, onde foi trabalhar no Museu Paulista sob orientação de Herbert Baldus, com quem iniciou novo ciclo de documentários indígenas. Utilizando contatos que possuía no Instituto Göttingen (Alemanha), de onde recebia negativo virgem, e as viagens que fazia para o Museu Paulista — com a finalidade de receber coleções de interesse etnológico — Schultz conseguiu congregiar as condições necessárias para realizar uma série de filmes, além de levantamentos fotográficos para o National Geographical Magazine. Não chegou porém a concluir o trabalho; em 1966, meses antes de embarcar para a Alemanha onde ficaria cerca de um ano editando o material filmado, faleceu.

Imediatamente após a saída de Schultz do SPI o Serviço de Documentação foi extinto, sendo substituído pelo Serviço Etnográfico, mais tarde anexado à Seção de Estudos, cujas atividades foram incorporadas, a partir de 1953, ao recém-criado Museu do Índio no Rio de Janeiro.

Este período, que coincidiu com a saída de Schultz e a extinção do Serviço, marca o início da carreira de Foerthmann como cinegrafista.

Em 1946 realizou documentário sobre os índios Krenaque do Espírito Santo, em colaboração com Rodolfo Freudenfeld, que escreveu o texto e fez a montagem; no ano seguinte "Entre os Índios do Sul", com

Herbert Sales, que se responsabilizou pelo texto narrado e, ainda, "Os Carajás" na Ilha do Bananal (Goiás). Em 1948 retornou a Mato Grosso para documentar o posto indígena Simões Lopes, material que não chegou a ser editado. Em 1952 viajou até a área Xavante com o objetivo de fazer cobertura da atuação do Serviço de Proteção aos Índios na frente de atração dos Xavante no rio das Mortes. Todos estes filmes oficiais foram feitos com finalidade propagandística.

Em 1947 o antropólogo Darcy Ribeiro, convidado pelo chefe do Serviço de Proteção aos Índios Donatini Dias da Cruz, assumiu a chefia da Seção de Estudos. Até então as verbas que financiavam as expedições científicas provinham do Ministério da Agricultura e os recursos canalizados para os trabalhos de documentação visual eram pequenos; depois de 1949 são cortados. Apesar da falta de suporte financeiro, entre 1949 e 1953, Foerthmann em co-autoria com Darcy Ribeiro produziu o que considerava suas melhores realizações, a película sobre os índios Urubu-Kaapor do Maranhão, intitulada "Um dia na vida de uma tribo na floresta tropical", e o filme sobre o funeral mortuário dos índios Bororo (MT).

Alguns anos depois, em 1957, Darcy Ribeiro tentou obter recursos para dar continuidade ao trabalho de documentação científica com Foerthmann através do plano denominado Fronteiras da Civilização, cujo objetivo era descer pelo Rio Madeira e subir o Rio Xingu, desvendando, através do registro fílmico, a face de um Brasil desconhecido. A idéia central era selecionar cinco grupos distintos, representativos de diferentes fases de aculturação, como os Kuben-Kran-ken, os grupos do Xingu, os Carajás, etc., alguns com longo tempo de contato e os Xavante, recentemente pacificados. "Como não havia dinheiro para isto Ribeiro iria dar um jeito, conseguiria avião da FAB para chegar à área e negativo virgem da UNESCO."

Neste meio tempo surgiu um projeto comercial de produção de filmes indígenas, encabeçado por um professor norte-americano, de nome **James Marshall, ex-diretor de um pequeno "college" no Texas**. Este havia conhecido uma milionária com quem pudera levantar amplos recursos para filmar na América do Sul.

"Darcy era de opinião de que daria para unir as coisas, no entanto o projeto das etapas de civilização acabou ficando para trás, o que foi uma pena, pois este seria uma documentação de real valor."

Foerthmann registrou para Marshall a pacificação dos Txucarramãe e várias outras tribos, os Juruna, Kaiapó, Iaulapiti, Mehinako e Kamayurá, tendo viajado aos Estados Unidos para editá-los.

"A intenção era fazer um longa-metragem em 16 mm, colorido, em módulos, que seriam vendidos para a Televisão Americana. Apesar do bom equipamento de filmagem e da disponibilidade de recursos não havia proposta científica. Marshall antes de morrer, em 1960, vendeu parte do material para a TV e Orlando Villas Boas, 10 anos depois, numa viagem que fez aos U.S.A., tentou localizar os documentários, sem resultado, haviam evaporado."

Crônicas de Filmagem

1. "Krenaque" e "Entre os Índios do Sul"

"Realizei este documentário de 10 m, em uma visita de Donatini, Chefe da S.P.I., durante três dias a esta tribo. Logo em seguida documentei os índios no sul do país, no Paraná e Santa Catarina que resultou num filme de 20 m."

2. *"Frente a frente com os Xavantes"*

Foerthmann teve oportunidade de realizar um registro emocionante, em 1952, a aproximação de um pequeno grupo de índios na frente de atração Xavante, que considerava "um filme bem melhor, mais consistente. Foi a respeito do contato de pacificação, em uma barranca do Rio das Mortes. Foi um trabalho muito difícil. Colocamos brindes e retiramos as flechas que haviam sido deixadas. Logo que nós nos afastamos vimos que haviam centenas de Xavantes, pegaram os brindes e colocaram novas flechas. Entrei n'água e filmei com a câmara sem estar firme, com objetiva de 20 mm. Fomos para a Serra do Roncador, até Pimentel Barbosa, os índios estavam ali, mas não apareceram".

"O filme foi feito porque se estava tentando pacificar os Xavante. O Baldus era contra, dizia que se o grupo vivia bem, sem doenças, para que sujeitá-los a todo um ciclo de gripe, varíola. O problema é que havia assaltos constantes aos moradores, o cerco estava se fechando em torno deles. A Fundação Brasil Central estava diminuindo o território deles. O segundo aspecto era a frente pastoril, não eram grandes criadores mas moradores de fazendas de gado. A pacificação, na verdade, era uma repacificação, dado ao incidente em Goiás, se sentiram traídos. Os chefes Xavantes tinham sido contatados, foram convidados para visitar Goiás Velho; foi todo o grupo, então ameaçou faltar mantimentos, os índios estavam passando fome, assaltaram armazéns e os brancos passaram fogo. Sentiram-se traídos e se recusaram durante quase cem anos a estabelecer novo contato."

"Em 30, Rondon havia rompido com o Getúlio por ser legalista, por isto foi marginalizado e o SPI parou, não tinha mais verba. Getúlio convidou Rondon para ir a Letícia, onde contraiu uma doença de olhos. Depois deste encontro abriu os cofres para ele. Houve um período bastante ativo, fecundo, a partir de 1940. O Coronel Vasconcelos assumiu a diretoria do órgão, havia dinheiro para o Serviço de Documentação. A proposta então era verificar que grupos estavam criando caso; o primeiro deles foi o Xavante."

3. *"Um dia na vida de uma tribo da floresta tropical"*

Segundo Foerthmann as condições foram bastante favoráveis neste trabalho realizado na área Urubu-Kaapor (MA). "Viajamos juntos e antes de começarmos a filmar Darcy escreveu um roteiro não técnico, mas que estabelecia as seqüências da história. Todos os planos foram tomados em conjunto, embora Darcy não interferisse na decupagem ou nos detalhes, apenas estabelecia a ordem das seqüências e acompanhava as filmagens, que foram prejudicadas pelas chuvas."

"O filme não saiu como a gente bolou. Íamos fazer um filme mais extenso, pegando atividades coletivas, como a pesca ou um ritual importante. Nos quatro meses em que estivemos na área em dois meses só tivemos 12 dias de sol. Eu meti na cabeça de filmar com sol, o filme ficou reduzido ao cotidiano, o que deu ao trabalho uma certa simplicidade."

"Tivemos também certos problemas técnicos, fizemos alguns planos de carrinho. Quando chegamos no Posto falei: se a gente tivesse mais preparo teria trazido um carro de criança para fazer um "travelling". Darcy começou a pensar — havia uma máquina de arroz — e estas rodas, não servem? Pesavam vinte quilos e ficavam a dois dias do local de filmagem. Requisitamos um carpinteiro, depois dois índios carregaram as rodas. O carpinteiro cortou a madeira, fez uma plataforma

e trilhou com tábuas, não aplainadas. Pensei que não fosse dar para aplainar porque a madeira estava verde. Chamei o carpinteiro: não dá para aplainar? dá. A coisa funcionou. Fizemos também uma "grua" — cortamos umas toras e suspendemos uma plataforma que descia. Dois homens trabalharam nisso um mês, mas não deu certo. O "Urubu" foi realmente bolado, a única coisa modificada foi a limitação às atividades cotidianas."

"Os índios foram se acostumando com a gente. Os índios Urubu são relativamente arredios, mas muitas situações foram encenadas. Não atendiam às repetições e às vezes ficavam aborrecidos. Um dia quiseram quebrar a máquina, não sabiam o que era, achavam uma chateação, sabiam porém que no final havia distribuição de brindes. No relacionamento com o grupo, fomos mais ou menos aceitos, como um hóspede que fica mais tempo sem criar problemas. As crianças e as mulheres são muito importantes, se eles não gostarem, não vai, não adianta forçar. É muito importante o relacionamento satisfatório com as mulheres. Pôde-se filmar depois de alguns dias, para as pessoas se acostumarem com a máquina, para os índios estarem condicionados. Não havia muito curiosidade, a máquina de um modo geral era objeto de contrariedade. Toda esta experiência foi feita de maneira empírica, feita na base da improvisação."

4. "Funeral Bororo"

"A proposta do filme era mostrar um grupo ilhado, envolvido por uma civilização compacta. Os mais jovens nas fazendas e os mais velhos nos Postos, mantendo valores intactos. Aceitavam os valores dentro da tribo, mas fora era diferente."

Durante uma visita de Foerthmann aos Bororo, em 1943, morreu um índio; surpreendentemente deixaram que ele assistisse à última parte do cerimonial funerário. Na ocasião pediu permissão para que em uma próxima oportunidade pudesse filmar o acontecimento.

Tempos depois faleceu Cadete, chefe Bororo amigo de Rondon. Darcy e Foerthmann foram documentar o funeral.

"Darcy acabou por não ficar, grassava uma epidemia de varíola, os índios estavam doentes, cobertos de chagas, irreconhecíveis. Cadete morreu antes da epidemia e Darcy pediu para que adiassem o cerimonial, pois ninguém sabia o que ia acontecer. Voltou ao Rio de Janeiro e mandou vacinas."

"A filmagem foi uma dessas coisas que acontecem, foi realmente uma reportagem, com câmera na mão. A pré-montagem tinha mais ou menos duas horas de projeção. A cerimônia leva dias: tem o enterro primário, cantam o "bacovovos"; foi gravado um rolo inteiro, o cantor age como o regente de uma orquestra. Quanto mais eu ouvia, mais me comovia, era um canto extremamente elaborado. Enquanto os mortos apodrecem, molham a terra para acelerar o processo. Cadete, no caso, estava pronto há muito tempo; finalmente levam para uma lagoa e limpam todos os ossos, nenhum deles pode ser perdido. Realizam então o grande cerimonial, só o crânio é pintado e enfeitado com penas, as mulheres se escarificam" (parte de emplumação dos ossos não foi perdida porque Foerthmann havia levado material de iluminação).

"Na tarde seguinte cantam, as mulheres ficam com as cestas no colo e os homens atrás, também cantam. O enterro secundário é feito n'água, escolhem um lugar muito limpo e colocam a cesta no fundo, põem um peso auxiliado por uma vara."

Além da cerimônia Foerthmann documentou a pesca do timbó, material bastante rico, que constituiria um módulo independente e acabou se tornando a introdução do Funeral.

"O documentário não teve edição final. Da parte de maior impacto, o enfeite dos ossos, foi feita uma montagem de 10 m e projetado no Encontro de Antropólogos realizado em São Paulo, em 1954, com a participação de Levi-Strauss."

A edição final dos Bororo ficou em compasso de espera em virtude do trabalho de Marshall no exterior. Quando retornou ao país Darcy havia se desligado do SPI; mais tarde, quando este foi chefe da Casa Civil, tentou transferir o material para a Universidade de Brasília, o que nunca ocorreu. O filme acabou por desaparecer. "Proporcionalmente à experiência pessoal rica que tive, os resultados do filme foram pobres."

5. "*Kuarup*" e "*Jornada Kamayurá*"

Foerthmann após retornar dos Estados Unidos trabalhou para um seriado financiado pela VASP, cuja proposta era realizar extenso registro sobre aspectos culturais do Brasil.

No intervalo fez dois filmes para o Instituto Nacional do Cinema (INC): "*Quarup*" e "*Jornada Kamayurá*", ambos em 1965. Foerthmann historia: "Tambellini, que era do extinto INC, conhecia o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira e este, antes mesmo de definir a proposta do filme, me convidou para trabalharmos juntos nesta realização. Houve problemas na viagem em virtude da conjuntura política — renúncia de Jânio Quadros — e acabei por perder o início do ritual. Em função disto, eu e Cardoso planejamos encurtar o filme, para que o público tivesse idéia do significado do cerimonial, mas este seria limitado à gênese mítica do grupo: um pagé narraria a um jovem índio a cultura da tribo. Tive a assistência de um funcionário do Museu Nacional, que indiretamente ocasionou um incidente durante as filmagens. O assistente, que não era profissional de cinema, afastou-se para trocar o "chassi". Os índios estavam dançando e acabaram por derrubar a câmera que, com a queda, ficou com a imagem defeituosa, prejudicando bastante o trabalho: tentei consertá-la durante toda a noite, mas acontece que o visor aparentava estar perfeito, mas os planos mais abertos, diafragma 5.6, ficavam fora de foco. Não dava para manter a estrutura. Além disto, prejudicado pelo atraso fui obrigado a encenar uma parte da cerimônia. Isto fez com que faltasse ao filme autenticidade. O que importa é a espontaneidade, a cerimônia real é inteiramente diferente, é a diferença entre a vida e a morte. O outro Quarup em 16 mm, colorido, feito para o Marshall, foi uma documentação a mais completa possível."

Na sua opinião, a ocasião não era propícia para se fazer o documentário e dado aos problemas que teve, só resolveu editá-lo por ter sofrido pressão do INC.

A idéia inicial — reduzir o Quarup à sua essência encenando a gênese do grupo — eliminava outros cerimoniais como o casamento, a perfuração de orelhas, etc. "O objetivo era fazer uma narração muito simples da história dos Kamayurá e dar uma visão de que numa festa indígena não só se brinca e dança. Definida a proposta se pensou na estrutura, na socialização do indígena e, uma vez no local, se faria uma espécie de "sinópse".

Estas idéias acabaram por ser reestruturadas, resultando em dois filmes, Kuarup e Jornada Kamayurá, que Foerthmann classificou de "semi-reportagens", onde procurou trabalhar a montagem, usando recursos técnicos como a fusão — a câmera baixa enfoca reflexos de uma

lagoa, superpostos aos reflexos de uma panela — para superar a perda de material (aproximadamente 300 metros), que estava fora de foco.

OBSERVAÇÕES SOBRE A BUROCRACIA

Sobre a série fílmica "Comissão Rondon":

"Havia no Ministério da Guerra uma velha alemã, que cuidava dos filmes, mas o material começou a deteriorar, quando chegou ao Ministério do Interior, em 1950, a maior parte já estava inutilizada. Tentei copiar 16 quadros p/24 — não deu certo. Não havia tecnologia apropriada na época. Tinha material sobre os Bororo, bem feito."

"O que ocorreu é típico do estilo antigo da repartição pública. A coisa vai ficando decadente, ficam os restos de infra-estrutura sem sentido, as pessoas se cansam. Alguém tem uma idéia, a coisa vai, se a pessoa se afasta tudo é perdido."

"O impulso inicial foi dado por Simões Lopes junto com Rondon, o erro foi criar uma infra-estrutura pesada, no final não se documentava mais por falta de verba. Dentro deste processo de decadência se procurou fazer alguma coisa. Quando se tinha dinheiro não havia planejamento científico, quando havia planejamento científico não havia dinheiro."

"A lição que eu tiro disso: eu acho que quando se consegue criar um certo acervo, a infra-estrutura, basta ter uma pessoa para planejar, programar, tudo deve ser feito na base da contratação. Deve se chamar gente intelectualmente capaz, se faz um contrato com o antropólogo e o cineasta, ele vê a forma de realizar, aluga o equipamento, que 10 anos depois está obsoleto. Deve-se fazer um programa e chamar pessoas aptas. Acho que podia se fazer um sistema assim, de divulgação paga, uma TV estrangeira é capaz de contribuir até com 25.000 marcos."

Nos últimos tempos Foerthmann empenhou-se por fazer um filme sobre o "Mito de Auké" dos índios Krahö, com o antropólogo Júlio César Melatti, autor do roteiro. Iniciou o trabalho documentando uma corrida de toras, mas o projeto aprovado pela UnB teve a verba cortada.

Sempre disposto a criar pensou em oferecê-lo à Embrafilme: "Gostaria de unir a minha experiência à de um antropólogo sério como o Melatti, que empatou muito tempo neste projeto. Seria um filme não apenas para a realização pessoal, mas uma proposta interessante."

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DE GRUPOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO

*Informe da pesquisa em andamento do Setor
de Etnologia e Lingüística do Museu do Índio*

RESUMO: Projeto de Pesquisa com apoio da FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, para o período de 1979/1981. A partir de 1982 a continuação tem sido assegurada através de bolsas concedidas pelo CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Resultados parciais são apresentados das pesquisas realizadas nos Subprojetos Xavante, Paresi e Iranxe e subprojetos complementares, relacionando a equipe de trabalho correspondente.

O projeto de pesquisa em andamento no Museu do Índio definiu como problema teórico o processo de transformação e reprodução das sociedades indígenas Xavante, Paresi e Iranxe, enquanto fenômeno historicamente determinado por seu processo de inserção na formação nacional. Embora se reconheça a especificidade dessa problemática, procurou-se articulá-la a uma discussão mais geral, relativa à expansão recente do capitalismo no Brasil, em especial no campo, onde o processo se manifesta, principalmente, através da questão da abertura de novas fronteiras econômicas.

Do ponto de vista da trajetória percorrida pelas sociedades tribais, a partir do momento em que se instaura convivência estreita e contínua com a formação nacional agrava-se a expropriação territorial, observando-se a progressiva subordinação econômica e política dos grupos, em decorrência da liquidação das alternativas tradicionais de sobrevivência. Da perspectiva estatal, trata-se de definir um espaço social adequado aos interesses de expansão e reprodução do sistema dominante. Com esta finalidade têm sido formulados projetos de incorporação das populações tribais que, embora apresentem componentes peculiares, devem ser associados às formas de controle a que estão submetidos outros segmentos sociais, que integram a formação nacional.

A análise do fenômeno do contato interétnico explicita assim a íntima relação entre desenvolvimento econômico e espaço político, e é em seu bojo que se torna inteligível a problemática indígena, pois o histórico da ocupação constitui a crônica selvagem da invasão e expropriação dos territórios tribais.

A comparabilidade dos processos e condições históricas particulares a cada grupo em estudo é assegurada pela possibilidade de utilização de um mesmo modelo analítico. Desse modo a pesquisa tem procurado responder a uma série de questões relativas à reestruturação das instituições tribais, tendo em vista a intervenção contínua de agências religiosas e leigas no *modus vivendi* tribal. A adoção de novas práticas sociais tem direcionado estas sociedades para um novo sistema de funcionamento, o da economia mercantil, único capaz — da perspectiva da ótica dominante — de consumir sua inserção no modo capitalista de produzir e de pensar.

2. *Apoio Institucional*

A pesquisa, sob a coordenação da antropóloga Claudia Meneses, resultou de um convênio entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Museu do Índio para o período de 1979/81. A partir de 1982, a continuidade dos trabalhos vem sendo assegurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da concessão de bolsas aos integrantes da equipe e auxílio à pesquisa de campo. O deslocamento dos pesquisadores para a área indígena Paresi tem sido possível graças ao apoio sistemático da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

3. *Consultoria Científica*

No decorrer dos trabalhos de pesquisa, o Projeto contou com a valiosa colaboração de consultores permanentes, o Prof. Roque de Barros Laraia (UNB) e o Prof. Roberto A. Da Matta (Museu Nacional/UFRJ). Os pesquisadores contaram ainda com a crítica estimulante e interessada dos antropólogos Anthony Seeger, Luiz Felipe Baeta Neves, Terence Turner (Professor-visitante) e da lingüista Ruth Monserrat, todos pertencentes ao quadro docente do Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional/UFRJ.

4. *Atividades realizadas*

4.1. *Levantamentos e contatos preliminares*

Os primeiros meses de desenvolvimento da pesquisa (julho/dezembro 1979) foram dedicados a extenso levantamento bibliográfico sobre as respectivas sociedades indígenas e a consulta a arquivos, em especial àqueles pertencentes às instituições religiosas e oficiais que têm atuado nas áreas em estudo: Operação Anchieta (RGS), Colégio Dom Bosco (MTS) e FUNAI (BSB). Foram também contactados representantes da Inspeção Salesiana em Campo Grande e da Missão Anchieta da Prelazia de Diamantino (MT), a fim de se discutir a viabilidade dos trabalhos de campo nas áreas Xavante, Paresi e Iranxe, sob suas respectivas jurisdições.

Durante esse período efetuaram-se seminários periódicos com o objetivo de rever as principais formulações teóricas sobre a problemática das relações interétnicas e as contribuições mais recentes de antropólogos e sociólogos brasileiros que estudam as frentes de expansão, para definir o quadro conceitual que iria fundamentar a investigação. Nessa etapa a equipe, juntamente com a consultoria, rediscutiu o plano de trabalho à luz das condições concretas de realização da pesquisa. Ficou, então, consignada a divisão de trabalhos previamente estabelecida: as

áreas indígenas configurariam subprojetos específicos, mantendo-se uma coordenação geral.

No ano de 1980, entre os meses de janeiro e março, tiveram início os trabalhos de campo. Os membros dos três subprojetos procederam ao levantamento de dados sobre o contexto regional e sobre a atuação do órgão tutelar nas áreas e nas reservas indígenas Xavante, Paresi e Iranxe, localizadas, respectivamente nos municípios de Barra do Garças, Tangará da Serra e Diamantino, a leste e oeste de Mato Grosso.

A equipe do subprojeto Xavante concentrou sua observação na Reserva Indígena de São Marcos, onde foram realizadas entrevistas com religiosos da Missão Salesiana e contactados os chefes das aldeias que compõem a Reserva.

Os pesquisadores dos projetos Paresi e Iranxe mantiveram contatos com os líderes desses grupos na sede da Missão Anchieta, em Cuiabá, quando ficou decidido que estes consultariam suas respectivas comunidades quanto à permanência da equipe em suas áreas, para efetuar pesquisa de campo. Como apenas os Paresi se pronunciaram favoravelmente, de imediato, os pesquisadores se deslocaram para a Reserva, tendo visitado as aldeias Rio Verde, Kutitikum, Iymowekê e Formoso.

4.2. *Subprojeto Xavante*

O material obtido na primeira viagem possibilitou a elaboração de relatório, versando sobre a estrutura econômica regional e a política de atuação das principais agências de contato junto ao grupo (a Funai e a Missão Salesiana). Concomitantemente, foi programada a segunda etapa da pesquisa de campo, que veio a ser realizada nos meses de agosto e outubro do mesmo ano. A pesquisa etnográfica enfocou a unidade de atuação religiosa (Missão), principalmente no que tange à elaboração e à aplicação de um sistema educativo e pedagógico (projeto evangelizador-catequético) e à implementação de projeto de caráter econômico, observando-se ainda os reflexos da ação missionária nas instituições tribais.

O período subsequente foi dedicado à elaboração analítica dos dados obtidos e preparação de relatório preliminar para os órgãos financiadores (Finep/CNPq). No ano de 1981 (período maio/julho) a equipe retornou à área indígena com a finalidade de complementar a observação realizada. A etapa seguinte (1981/1982) foi dedicada aos trabalhos de gabinete que incluíram a redação de um artigo — cujo objetivo foi discutir a estrutura regional e as frentes de colonização em articulação com a problemática atual vivida pelos Xavante * — e do relatório final da pesquisa. Tendo em vista o interesse em dar continuidade ao Projeto, foi elaborada pela equipe uma proposta de desdobramento da investigação.

4.3. *Subprojeto Paresi*

A observação feita na primeira etapa revelou que a sociedade Paresi estabelece diferentes modalidades de articulação com a estrutura regional. Constatou-se que há uma correlação entre localização territorial das aldeias, segmento regional envolvido e engajamento em atividades econômicas. Assim, nos períodos de pesquisa subsequentes,

* MENEZES, Claudia. Os Xavante e o movimento de fronteira no leste matogrossense. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 25 : 63-87, 1982.

cada pesquisador procurou trabalhar grupos locais que possibilitassem a observação das distintas situações de contato, que abrangiam a comercialização do artesanato, a venda da força de trabalho em propriedades agropecuárias, o extrativismo da borracha e a comercialização de excedentes agrícolas. Nessa fase foi feito o mapeamento de tais atividades econômicas e a coleta preliminar de dados sobre organização social e parentesco. A experiência de campo determinou a redefinição dos trabalhos, tendo sido eleitas duas áreas prioritárias, com subcoordenações distintas.

A etapa seguinte foi dedicada à preparação de relatórios parciais para a instituição financiadora. A pesquisadora Sonia Coqueiro Garcez integrou-se ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, no Doutorado em Antropologia Social e Cultural, onde pôde dar início à elaboração dos primeiros dados de campo. As discussões nos seminários, com os antropólogos do Departamento de Ciências Sociais, contribuíram para a posterior redação de trabalhos sobre a organização social e de parentesco Paresi e sobre o processo histórico de contato do grupo.

Nos meses de abril a julho do mesmo ano, foi dada continuidade à pesquisa de campo numa das áreas selecionadas (grupos locais Iyomwekê e Bacaval), cujo material resultou em ensaios sobre a dinâmica das relações econômicas Paresi e sobre o engajamento dos Paresi na frente de extração da poaia, nas primeiras décadas deste século.

No período de 1981/82 procedeu-se à redação do relatório final do convênio referente à parte Paresi e à elaboração de projeto para o desdobramento da pesquisa, visando obter novos recursos que assegurassem a continuidade dos trabalhos.

Nos últimos meses de 1982, concluíram-se os preparativos para a etapa seguinte de pesquisa de campo, que foi realizada no período de janeiro a março de 1983.

4.4 *Subprojeto Iranxe*

A pesquisa sobre o grupo indígena Iranxe foi implementada, efetivamente, a partir do segundo ano de vigência do Convênio (1980/81), em especial no que se refere à coleta de dados empíricos.

Na primeira fase da investigação, optou-se por concentrar a atenção no estudo dos antecedentes históricos do processo de contato entre os Iranxe e o meio regional. Com esse objetivo foi realizado extensivo levantamento bibliográfico, em arquivos paulistas e instituições sediadas no Rio de Janeiro (Museu do Índio, Museu Nacional, Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional e Fundação Getúlio Vargas). Essa pesquisa documental possibilitou a posterior elaboração de um texto sobre a história da ocupação do oeste matogrossense, que constituiu o primeiro relatório apresentado à FINEP. Em 1981 foi realizada viagem a Cuiabá (MT), com a finalidade de dar continuidade à coleta de dados de segunda mão. Na ocasião, estabeleceu-se contato com o Superior da Missão Anchieta e com o responsável pelo trabalho missionário com os Iranxe. Foi, então, reapresentada proposta de trabalho de campo na Reserva indígena, tendo sido consultada, também, uma das lideranças Iranxe, que se pronunciou favoravelmente à realização do estudo.

No período de setembro a outubro de 1982 efetivou-se o trabalho de campo, quando foram coletados dados significativos para a composição de um quadro representativo da situação atual do grupo. Atualmente, o pesquisador responsável pelo subprojeto, Prof. José Sávio

Leopoldi, encontra-se na Universidade de Oxford (Inglaterra), onde ingressou no curso de doutoramento e trabalha na elaboração do material obtido; para meados de 1983 está programada nova etapa de trabalho de campo.

5. *Projetos Complementares*

Paralelamente às demais atividades científicas, os pesquisadores auxiliares desenvolveram investigações individuais, com propostas analíticas correlatas à problemática central enfocada pelo Projeto, sob orientação dos responsáveis pelos subprojetos Xavante e Paresi.

Tais estudos foram realizados com apoio do CNPq, através da concessão de bolsas de pesquisa. Assim, puderam ser desenvolvidos os seguintes temas:

1. Título: A penetração no Estado de Mato Grosso: o município de Barra do Garças (1940-1968)

Responsável: Maria Lúcia Pires de Menezes

Orientador: Claudia Menezes

Ano: 1979/1980

Sumário: Analisar a penetração no Centro-Oeste, tomando-se como objeto de estudo a atuação da Fundação Brasil Central no leste de Mato Grosso, como exemplo de expansão das relações capitalistas no setor agrícola, enfocando-se o Estado como principal agente do processo.

2. Título: Etno-História Xavante e a penetração no Estado do Mato Grosso (1940/1960)

Responsável: Antonio Carlos de Souza Lima

Orientador: Claudia Menezes

Ano: 1979/1980

Sumário: Análise das condições históricas que levaram à sedentarização do grupo Xavante.

3. Título: A Política Indigenista no Brasil (1940-1960)

Responsável: José Carlos Levinho

Orientador: Claudia Menezes

Ano: 1980/1983

Sumário: Avaliação das transformações ocorridas na política indigenista implementada pelo Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) no período de 1940-1960, tomando-se como situação de caso a atuação do órgão junto à sociedade Xavante.

4. Título: A atuação da Comissão Rondon junto ao grupo indígena Paresi: um estudo interétnico.

Responsável: Marco Antônio T. Gonçalves

Orientador: Sonia Coqueiro Garcez

Ano: 1982/1983

Sumário: Historiografia das relações estabelecidas entre a Comissão Rondon e os grupos locais Paresi.

6. *Equipes de Trabalho*

O quadro atual dos pesquisadores do Projeto é composto por Claudia Menezes e José Carlos Levinho (Subprojeto Xavante); Sonia Coqueiro Garcez, Romana Maria Ramos Costa e Marco Antônio Teixeira Gonçalves (Subprojeto Paresi); José Sávio Leopoldi (Subprojeto Iranxe). Antônio Carlos de Souza Lima, Sheila Sá e Maria Lucia P. de Menezes participaram na etapa do levantamento bibliográfico e da primeira viagem de campo; Clarice Novaes Mota colaborou na etapa inicial da investigação, inclusive das duas primeiras viagens para coleta de dados; Maria Inês Fernandes Motta, orientada pelo Prof. J. S. Leopoldi, auxiliou-o no fichamento do material documental Iranxe. Luiz Roberto Cardoso de Oliveira integrou-se ao Subprojeto Xavante, no segundo ano de vigência do Convênio; seu estudo de um grupo específico de campesinato, numa área de fronteira, elucidou e complementou o conhecimento existente sobre a dinâmica do processo de colonização do leste matogrossense.

ATIVIDADES DE DOCUMENTAÇÃO — MUSEU DO ÍNDIO

Clara Maria Galvão
Bibliotecária — Centro de Documentação

Maria de Pompéia A. Lima
Bibliotecária. — Biblioteca Marechal Rondon

RESUMO: Informações sobre o acervo documentário existente. Criação do Centro de Documentação Etnológica, seu funcionamento e utilização no campo da etno-história e da política indigenista. A Biblioteca Marechal Rondon, depositária de coleções especializadas, que vêm sendo atualizadas e complementadas nos últimos anos, serve de base aos levantamentos bibliográficos e funciona como uma unidade referencial.

O acervo documentário do Museu do Índio abrange vários tipos de material reunido em setores específicos: Museologia, Biblioteca e Centro de Documentação. O Centro de Documentação é constituído do arquivo de cunho histórico e etnológico de procedências diversas, contendo documentos inéditos, recortes de jornais, mapas manuscritos e documentos remanescentes do Arquivo Central do Serviço de Proteção aos Índios.

A Biblioteca Marechal Rondon, especializada em antropologia e política indigenista, é uma unidade indispensável a qualquer consulta bibliográfica sobre os indígenas brasileiros. Complementa esse acervo a coleção de material audiovisual, em que se destacam as chapas fotográficas de vidro provenientes da Comissão Rondon, material cinefotográfico e registros musicais que servem de apoio às atividades desenvolvidas pelo Museu do Índio.

O material de maior peso existente no Centro de Documentação refere-se ao extinto Serviço de Proteção aos Índios, complementado pela documentação de outras instituições que funcionaram ao mesmo tempo que o SPI, tais como a Comissão Rondon, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e a Fundação Brasil Central.

As várias coleções traçam os antecedentes e o desenvolvimento dos órgãos que se ocuparam com a assistência aos índios e da política indigenista adotada nas diferentes épocas.

Trata-se de documentação única, relevante para o conhecimento da realidade indígena brasileira, particularmente, no assessoramento do órgão indigenista oficial e para os estudos especializados de antropologia e lingüística. A importância da documentação existente no Museu do Índio é ampliada pela perda total do Arquivo Central do SPI, em Brasília.

Outros arquivos dos ministérios a que o SPI esteve subordinado e os das entidades que, por sua natureza sobre os índios, englobam assuntos de interesse antropológico e histórico, serão, posteriormente pesquisados para o registro dos documentos importantes.

O Centro de Documentação Etnológica foi criado em 1976 * junto ao Museu do Índio. O projeto e antecedentes foram apresentados por Carlos de Araújo Moreira Neto, seu primeiro coordenador. **

Quinhentos mil documentos formam o acervo classificado e microfilmado até a presente data, totalizando cerca de um milhão de páginas. Esse volume contém, majoritariamente, documentos originários do antigo Serviço de Proteção aos Índios — SPI, de sua Diretoria e setores administrativos, inspetorias regionais e postos indígenas, que davam apoio direto aos grupos tribais.

A Fundação Nacional do Índio, subordinada ao Ministério do Interior, substituiu o SPI em 1967. O Setor de Documentação da Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas — AGESP, da FUNAI, em Brasília inclui o arquivo técnico que atualiza o existente no Centro de Documentação do Museu do Índio. A esse Setor são recolhidos regularmente os documentos produzidos no âmbito da AGESP e do antigo Departamento Geral de Planejamento Comunitário — DGPC, e que são, principalmente, de natureza antropológica e indigenista. Outros departamentos da FUNAI, como o Conselho Indigenista, Departamento Geral de Patrimônio Indígena — DGPI, o Departamento Geral de Operações — DGO, além de setores regionais e locais (Delegacias e postos indígenas) mantém os seus próprios arquivos parciais ou coleções de documentos pertinentes à sua área de atuação. Seria desejável uma política de centralização da informação disponível no âmbito da FUNAI, com o propósito de conservar e tornar utilizável o crescente volume de informações, que vem sendo produzido sobre indígenas brasileiros.

O Centro de Documentação foi criado com a finalidade de dotar as unidades documentárias da FUNAI, no Rio de Janeiro e em Brasília, de uma infra-estrutura devidamente operacionalizada para atender às exigências do órgão. Os seus objetivos incluem recolhimento, classificação, reprodução e utilização dos documentos primários existentes nos diversos setores da FUNAI, proporcionando ao usuário informações normalizadas para estudos de política indigenista e pesquisas etnológicas, e a sistematização dos dados documentários e bibliográficos existentes em outras instituições, além da elaboração e divulgação de trabalho no âmbito das especialidades cultivadas no Centro.

A organização dos documentos foi feita com o propósito de compatibilizar a urgência do esforço de salvamento por microfilmagem com a opção por técnicas modernas de codificação, permitindo a recuperação rápida da informação e seu tratamento por computador.

A primeira etapa constituiu-se na separação do material das inspetorias regionais, dando ao mesmo tempo início ao projeto de organização e indicação dos dados essenciais, com base na amostragem da documentação, permitindo a sistematização em esquema manual ou automático. Obedeceu-se, na codificação, aos elementos da estrutura do Serviço de Proteção aos Índios.

* Portaria n.º 451/N da Presidência da Fundação Nacional do Índio, com vigência a partir de 9 de junho de 1976.

** MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Centro de Documentação Etnológica. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, 9(2):12-15, 1979.

Os diversos arquivos das inspetorias são constituídos de material esparso, na maioria cópias, não formando um todo orgânico, havendo necessidade de distinguir o material de interesse técnico daquele puramente administrativo. O volume e a forma de reunião dos documentos em cada inspetoria apresentavam-se de maneira desigual, necessitando de uma adaptação a cada unidade que se organizava.

A inspetoria de Mato Grosso, a mais antiga e numerosa, reúne 70.000 documentos a partir de 1903. A documentação antecedeu mesmo a criação do Serviço de Proteção aos Índios, incluindo correspondência entre os membros da Comissão Rondon, historiando os primeiros encontros com os diversos grupos indígenas.

A inspetoria do Pará, igualmente com 70.000 documentos em volumes encadernados anualmente, refere-se a todas as atividades desenvolvidas pela unidade, sem separação de material administrativo. Inclui esse arquivo importantes relatórios de observação direta sobre grupos indígenas do Pará, Maranhão e Amapá.

A inspetoria do Amazonas possui documentos de grande importância, reunidos nos relatórios anuais a partir de 1920. Dentre os importantes relatos inclui-se o de Curt Nimuendaju ao Rio Negro, onde ele descreve com detalhes os habitantes indígenas de toda região, língua, população e localização. Apesar da importância dessas inspetorias, pelo número e diversidade de suas populações indígenas, a documentação que foi preservada é reduzida, limitando-se a 5.000 documentos para o Amazonas e 4.000 para o Maranhão. A de Goiás, com 10.500 documentos, abrange material mais recente que as demais, nem por isso menos expressivo, a exemplo da documentação referente à atração dos índios Avá-Canoeiro.

O arquivo da inspetoria do Nordeste (Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia e Minas Gerais) possui importante documentação sobre terras e arrendamentos, abrangendo 21.500 documentos.

A documentação da antiga Inspetoria referente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul soma 40.000 documentos. A inspetoria de Rondônia, desmembrada de Mato Grosso, reúne material de importância pelas informações sobre as atividades de atração de índios arredios, num total de 10.000 documentos.

Por diferentes razões, a documentação existente nas inspetorias do antigo SPI não foi conservada adequadamente, talvez pelo desconhecimento ou incompetência de seus responsáveis. O recolhimento dos documentos remanescentes nos postos e delegacias complementará a organização do arquivo geral do extinto SPI e contribuirá para uma política mais permanente e eficaz de salvamento e de organização sistemática da documentação indigenista atual. Para o propósito de triar, classificar e microfilmar o acervo do Centro, foram considerados documentos técnicos aqueles que se referiam às atividades dos indígenas, terra, população e outros assuntos passíveis de análise e de estudos específicos. Os documentos administrativos constituíam-se, na maioria, de material funcional utilizado para comprovação de tempo de serviço.

Após a triagem, os documentos foram classificados por procedência. O critério foi basicamente cronológico; entretanto, em alguns casos, foi mantida a numeração seqüencial preestabelecida em formulários impressos para melhor uniformidade e facilidade de consulta.

Os documentos da Diretoria do SPI e dos arquivos das entidades complementares foram conservados sem triagem, mesmo porque a maioria achava-se em volumes encadernados. Na preparação para microfilmagem, os documentos foram agrupados, codificados e transcritos em planilhas, que constituem o sumário do conteúdo e, ao mesmo tempo,

a folha de entrada para computação. À proporção que o material ia sendo planilhado era remetido para a microfilmagem. Na primeira fase de organização apareceram problemas quanto à qualidade dos microfilmes, à falta de inclusão de números dos fotogramas e à reunião em um mesmo rolo de documentos de procedência diversa. Entretanto, esses problemas foram sanados à medida que se dava prosseguimento aos trabalhos. Em etapa seguinte, foram mantidos entendimentos com a firma de microfilmagem, no sentido de estabelecer diretrizes básicas, evitando-se assim que se repetissem as falhas verificadas anteriormente.

Alguns documentos encontravam-se pouco legíveis e foram necessários testes para verificação da qualidade do microfilme e de sua legibilidade. Os documentos encadernados, a exemplo da inspetoria do Pará, apresentaram dificuldades na reprodução e tiveram que ser desencadernados para facilitar o foco uniforme, permitindo a microfilmagem.

O processo de pré-indexação toma na devida conta a organização administrativa do antigo SPI de onde se origina a maior parte da documentação disponível e em relação à qual são formuladas as categorias classificatórias. Ao mesmo tempo, está previsto o adição a essas de outros elementos temáticos fundamentais, como a identificação de grupos e subgrupos indígenas e dos principais tópicos de interesse indigenista e etnológico. O controle está sendo elaborado em fichas. As palavras-chaves constam dos nomes dos postos, inspetorias, tribos, diretoria do SPI e de entidades paralelas. Serão complementadas pelos assuntos abordados no conteúdo dos documentos.

O principal usuário da documentação existente é a própria FUNAI, na utilização de informações básicas sobre grupos tribais, migração, censo demográfico, localização e demarcação de terras, com ênfase em documentos comprobatórios de ocupação indígena. Para atender a tal solicitação, são elaborados relatórios pela equipe do Centro de Documentação complementados pelas informações bibliográficas da Biblioteca Marechal Rondon, recorrendo-se, quando necessário, a documentos de acervos externos, como o Arquivo Nacional, Arquivo e Biblioteca do Itamaraty, Biblioteca Nacional, Museu Nacional e outros.

Pesquisadores interessados são também constantes consulentes do acervo documentário. A pesquisa é feita diretamente nos microfilmes, através de equipamento especializado, evitando-se o manuseio dos documentos originais.

A Biblioteca Marechal Rondon, organizada em 1953 e assim denominada quando da criação do Museu do Índio, foi reorganizada em 1969. Atualmente, conta com um acervo bibliográfico de 25.000 volumes, resultante da reunião das coleções dos extintos Serviço de Proteção aos Índios e Conselho Nacional de Proteção aos Índios e da biblioteca particular do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

A aquisição do material especializado restringe-se aos campos diretamente ligados a assuntos etnológicos e, particularmente, relacionados à problemática indígena.

Em seu trabalho rotineiro, procura a Biblioteca manter em dia a aquisição da bibliografia recente sobre o assunto de sua especialidade, com ênfase na reunião de teses sobre índios brasileiros defendidas em universidades brasileiras e estrangeiras.

Poder-se-ia enumerar como os seus principais objetivos os seguintes: adquirir, processar e armazenar material bibliográfico impresso e mutimeios, bem como informações básicas da cultura indígena; servir de fonte referencial para assuntos etnológicos e para atividades desenvolvidas pelo Museu do Índio e pela FUNAI; realizar pesquisas sistemáticas no campo de bibliografia sobre grupos tribais; proporcionar a utili-

zação, pelos interessados, das informações especializadas; manter intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, visando a atualização do seu acervo e divulgação das publicações do Museu do Índio.

A Biblioteca coopera com programas de âmbito nacional, como o "Projeto do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas", desenvolvido pelo IBICT/CNPq, programa que permite uma maior divulgação dos acervos e facilidade de localização das coleções.

Levantamentos bibliográficos são realizados com freqüência em atendimento a solicitações dos diversos setores da FUNAI, sobre grupos indígenas. Quando necessário, são as informações completadas por trabalhos existentes em outras bibliotecas e arquivos e pela documentação inédita depositada no Centro de Documentação.

Efetua empréstimos a bibliotecas, a técnicos da FUNAI e a pessoas credenciadas, utilizando serviços reprográficos para atendimento às instituições.

A Biblioteca dispõe de um catálogo especial de grupos indígenas distribuídos por áreas culturais brasileiras. O arranjo das coleções baseia-se na Classificação Decimal Universal e nas técnicas de catalogação simplificada. O arranjo sofre, necessariamente, revisão permanente em função das constantes mudanças que se operam nas normas bibliográficas, o que demanda retificação e comparação do material existente com o que vem sendo incorporado ao acervo.

Na área de material impresso recolhido à Biblioteca, vale mencionar, a título de exemplo, a documentação oficial sobre assuntos indígenas constante dos relatórios anuais dos Ministérios do Império, anteriores à criação do Ministério da Agricultura (1861), que passou a ocupar-se dos índios. Complementam as informações da época, os Relatórios dos Presidentes das Províncias, ao tempo do Império, reproduzidos em microfilmes.

A Biblioteca Marechal Rondon vai, aos poucos, constituindo-se em um centro básico de informações bibliográficas de interesse etnológico e assuntos correlatos. Suas coleções oferecem suporte às investigações no campo da etnologia brasileira, como fonte de referência especializada indispensável às atividades desenvolvidas pelo Centro de Documentação. Trata-se da primeira biblioteca voltada exclusivamente ao estudo do índio brasileiro.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

ANEXO 1: *Arquivos de Interesse Indígena*

1. ACERVO FUNAI

1.1 Arquivo Geral SPI: Diretoria e Inspetorias Regionais

1.2 Arquivo Central do SPI (Brasília)

1.3 Fundação Nacional do Índio: Departamento Geral de Administração, Departamento Geral de Operações, Departamento Geral de Patrimônio Indígena, Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas, Assessoria de Planejamento.

1.4 Delegacias Regionais (Sede e Postos Indígenas)

2. ARQUIVOS PARALELOS

2.1 Comissão Rondon / Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas.

- . Comissão Roosevelt-Rondon

- . Comissão de Limites

2.2 Conselho Nacional de Proteção aos Índios

2.3 Fundação Brasil Central

3. ARQUIVOS COMPLEMENTARES

3.1 Ministério da Agricultura

3.2 Ministério do Trabalho

3.3 Ministério do Exército

3.4 Ministério do Interior

4. ARQUIVOS EXTERNOS

4.1 Arquivo Nacional

4.2 Arquivo Histórico do Itamaraty

4.3 Arquivos Estaduais

4.4 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

4.5 Biblioteca Nacional — Seção de Manuscritos

4.6 Museu Nacional

8. - 10. - 1856

Almo. m

Seu do me participando o D. Chf. de policia que estava a chegar a essa Capital algumas mulheres e crianças indígenas que foram aprisionadas por uma das Bandeiras expedidas para reprimir as correrias dos indios, determino nesta data ao dito (magistrado) que as mande pôr a disposicao do V. S.

Depois de prover as primeiras necessidades dessas miseraveis creaturas V. S. diligenciará distribui-las por Casas de pessoas que as traham convenientemente e as apresentem quando for exigido.

Seria superfluo qualquer recomendacao que sobre este particular fosse V. S. que melhor que ninguém sabe o que pode e ha a fazer a omissao respeito.

Espero estar, antes de muito tempo, de regresso a esta Capital. Quizeri saber o seu parecer e decidir de ulterior destino que Convim dar a essa Genti.

D. J. de V. S. Palácio do M. J. no D. de Coimbra - Augusto
Leverger - 1.º Director Geral dos Indios

Documento assinado pelo Diretor Geral de Índios de Mato Grosso, Dr. Augusto Leverger, dando instruções de como acolher índios chegados a Cuiabá. (Acervo do CD do Museu do Índio).

MUSEU DO ÍNDIO: AS FONTES DE ENRIQUECIMENTO DO SEU PATRIMÔNIO E A UTILIZAÇÃO CULTURAL DO SEU ACERVO

Marília Duarte Nunes
Museóloga do Museu do Índio

RESUMO: Conceitua o objeto como produto de um perfil cultural, o denominador comum da relação constante entre o homem, seu grupo e aquilo que ele testemunha.

Informa sobre os critérios básicos da política de aquisição de bens patrimoniais de museus.

Historia a origem e filosofia do Museu do Índio, bem como as fontes da riqueza de suas coleções.

Documenta a técnica museográfica adotada para valorizar os objetos no ambiente comportamental da cultura.

1. O PRIMADO DO OBJETO

A cultura material dos povos tem a distinção especial de ligar o comportamento do indivíduo a coisas externas produzidas artificialmente — os artefatos.

Os artefatos são feitos de matérias-primas por meio de perícias manipulativas — a tecnologia.

Quanto mais adequada é a tecnologia de um povo, tanto mais pode ele manipular o *habitat* para criar um ambiente secundário (equipamentos) que o liberte das pressões e controle diretos do meio.

O refinamento do conhecimento tecnológico levou o homem à criação de objetos cada vez mais aperfeiçoados e distanciados das formas originais naturais.

Quando a consciência atua sobre um elemento natural, este passa a ser cultural, significado que é dado pela consciência humana ao objeto e reproduzido socialmente pela mecânica do aprendizado, para constituir a memória cultural.

A afirmação de que a Cultura está sujeita ao meio significa, portanto, que o comportamento de um povo deve processar-se dentro dos limites do mundo externo, como é definido e percebido pela experiência adquirida por esse povo num dado momento.

KROEBER (1920) afirmou que "os fatores diretamente determinantes dos fenômenos culturais não é a natureza, que dá ou nega materiais, mas o estado geral de conhecimento e de progresso tecnológico do grupo, em suma, as influências históricas e culturais".

Deduz-se, então, que mesmo o ambiente favorável e os recursos mais abundantes permanecerão passivos até que a inventiva ou a opção cultural do homem o leve a utilizá-los.

Entre o meio físico e a atividade humana há sempre um "meio termo", um certo número de objetivos e valores específicos, um conjunto de conhecimentos e crenças, em outras palavras, um perfil cultural.

O produto desse perfil cultural é o OBJETO que, desligado do sentido de utilidade e promovido a indicador de uma cultura, foi valorizado, como fonte documental, graças às idéias de raridade e beleza.

Todo objeto tem um sentido lógico, que deve ser percebido e interpretado em profundidade pela inteligência humana e cuja autenticidade está isenta de interpretações subjetivas, porque o objeto nunca pertence ao acaso e é sempre uma memória, um testemunho.

Pelos objetos o museu apresenta as etapas da evolução do pensamento e das realizações de um povo numa visão global e, em conjunto, não são escolhidos para se tornarem signos comerciais ou industriais, como os concebidos pelos *designers*, mas porque eles se impõem por si mesmos, pelas suas funções na vida cotidiana, pela sua hierarquia, pela sua participação no conjunto ambiental.

O objeto é o denominador comum da relação constante com o homem, o seu grupo e aquilo que ele testemunha.

Quando um povo desaparece subitamente, seus artefatos ficam como objetos externalizados, mas sua significação comportamental relacionada com as ações físicas do homem, com suas idéias e valores perde o sentido, — daí a importância da função do Museólogo que, através de técnicas museográficas adequadas, vai dar ao espectador do museu a idéia viva do que os objetos significam no ambiente comportamental da cultura.

Para a perfeita compreensão da mensagem que o objeto-testemunho encerra, a exposição, com suas exigências técnicas, é o meio próprio, específico e imediato de comunicação de um museu.

A riqueza de um museu não se traduz somente na eficácia de sua equipe técnica mas, sobretudo, na autenticidade de seu acervo, no esforço desenvolvido pela aquisição e ampliação de suas coleções museológicas.

Todavia a coleta de objetos deve ser orientada segundo critérios básicos da política de aquisição de bens patrimoniais desenvolvida pelo museu.

Em abril de 1970 um grupo de peritos do INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM) se reuniu em Paris para estudar o problema das regras de ética concernentes às aquisições em museus. Como resultado desse encontro foram adotadas pelo organismo internacional de museus diversas recomendações cujos princípios básicos foram assim traduzidos: "Qualquer que seja a especialidade ou a categoria do museu, qualquer que seja o lugar em que ele se situe no mundo, certos princípios de ética e de integridade profissional devem ser aplicados por aqueles que são encarregados das aquisições." Isto significa que a origem de todo objeto a ser adquirido, qualquer que seja a sua natureza, deve ser documentada devidamente. Este princípio serve não só para o objeto "artístico" como também para o "arqueológico", o "etnológico", o "histórico" ou de âmbito das ciências naturais."

O Museu, nos dias atuais, não é mais um simples depósito de coisas raras; ele deve ter por missão adquirir objetos dentro de um programa específico de:

- a) pesquisa científica;
- b) educação;
- c) preservação e
- d) valorização da herança nacional, internacional, natural e cultural.

2. A RIQUEZA DAS COLEÇÕES

Nestes trinta anos de vida, o Museu do Índio, do Rio de Janeiro, além de ter entregue a cientistas a formação de suas coleções museológicas, resguardou-se do eventual dissabor de aquisições falsas, pois desde sua origem tem ido à fonte buscar seu material de estudo e pesquisa, atualmente estimado em cerca de doze mil peças, da mais variada procedência tribal.

Pela antigüidade pode-se destacar um arco cerimonial e dois diademas *BORORO* coletados e trazidos pelo Marechal Rondon. Pelo volume, destacam-se as coleções *RANKOKAMEKRA* (Canela) coletada por R. TAMARA (1950) e pelo antropólogo WILLIAM CROCKER da Smithsonian Institution, que durante doze anos estudou esse grupo *Macrojê*.

A área do Xingu, graças à colaboração dos irmãos VILAS BOAS (1955) e outros antropólogos, acha-se representada pela belíssima coleção de painéis zoomorfos WAURÁ, plumária, colares, máscaras, instrumentos musicais, propulsores e armas dos grupos indígenas KAMAYURÁ, MEHINAKO, YAWALAPITI, KUIKURO e outros.

Ao antropólogo EDUARDO GALVÃO (1957) deve-se a rica coleção de cerâmica BANIWA da área amazônica; ao antropólogo ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA (1955) que dedicou estudos aos TERENA, preciosos exemplares da cerâmica desse grupo; ao antropólogo EGON SCHADEN a coleção KAIWÁ, NANDEVA-GUARANI.

Coletados por DARCY RIBEIRO temos as coleções de cerâmica e couros pintados KADIWEU (1948) e a plumária URUBU (1950), que se destacam pela raridade, beleza de suas formas e riqueza de colorido.

Frentes de penetração da FUNAI entraram em contato com os WAIMIRI-ATROARI, PARAKANAN e KREEN-AKARORE, coletando os primeiros artefatos desses grupos apartados da civilização não-indígena e assegurando para o Museu do Índio a posse das primeiras coleções etnográficas também de valor histórico.

Expressivas qualitativa e numericamente são as coleções KRAHÓ e MARUBO coletadas pelos antropólogos DELVAIR E JULIO CESAR MELATTI (1975).

Também significativas são as coleções formadas pelo antropólogo belga GUSTAAF VERSWIJVER, dos grupos MENKRAGNOTIRE (1976), e pelos antropólogos da FUNAI CELIO HORST, dos grupos WAIWAI (1979), e REGINA MÜLLER, dos ASSURINI (1980).

3. A UTILIZAÇÃO CULTURAL DO ACERVO ETNOGRÁFICO DO MUSEU DO ÍNDIO

Para compreendermos o surgimento do Museu do Índio no panorama cultural brasileiro, teríamos que recuar no tempo, reportando-nos ao ano de 1942, quando pelo decreto n.º 10.642, de 16/10/1942, foi criada uma Seção de Estudos dentro do extinto Serviço de Proteção aos Índios, no Ministério da Agricultura.

A finalidade dessa Seção de Estudos era investigar as culturas indígenas sob o aspecto antropológico, tarefa da maior relevância não só pelas possibilidades de levantamentos científicos sobre o índio brasi-

leiro mas também pela contribuição que essas noções trariam ao aprimoramento dos métodos assistenciais a lhes serem aplicados.

Cumpriria, então, à Seção de Estudos ir-se estruturando, gradativamente, em centro ativo de documentação e pesquisa, com programações de levantamentos fotográficos e cinematográficos, além de estudos etnológicos e lingüísticos, num esforço grandioso de preservação do patrimônio cultural do índio brasileiro.

Com o passar dos anos, sentiu-se a necessidade de divulgar-se ao público, através de um museu, a riqueza desse acervo acumulado. Ao planejar-se a organização do Museu do Índio, realizou-se uma *enquete* de opinião pública para saber-se:

- 1) qual a representação mental que o público comum tem dos índios; e
- 2) o que procura e o que encontra o visitante dos museus tradicionais de Etnologia.

O resultado da *enquete* revelou uma imagem completamente deformada dos indígenas brasileiros. Uma faixa de público os descrevia como seres congenitamente inferiores, povos rudes e embrutecidos dos quais não se podia esperar qualidades humanas; outros lhes fantasiavam o modo de viver com idealizações, igualmente falsas, de vida indígena idílica e aventureira, atribuindo aos índios excelsas qualidades de nobreza e altruísmo.

Verificou-se, também, que as crianças brasileiras imaginavam o índio como aquela figura do "pele-vermelha" divulgada pelo cinema americano nos filmes de *farwest*.

Em parte, deveu-se, também, essa deformação, esse falso e contraditório retrato do nosso indígena, aos museus tradicionais de Etnologia, que os apresentavam como povos exóticos, "fósseis vivos da espécie humana!" Diante dessa realidade, impunha-se criar um museu voltado para a compreensão humanística do índio brasileiro. Em lugar de focalizar o que os museus etnológicos tradicionais enfatizavam — obras de seres estranhos, caçadores de cabeça, antropófagos — o novo museu colocaria em destaque as semelhanças entre indígenas e brancos, apresentando-os com a sua verdadeira face de seres humanos, movidos pelos mesmos impulsos fundamentais, sujeitos aos mesmos defeitos e qualidades inerentes à natureza humana, com problemas de defesa e sobrevivência iguais aos nossos.

Faria sentir-se que a diferença reside, apenas, no modo como o índio atende suas necessidades e soluciona seus problemas cotidianos, que, fundamentalmente, estão condicionados a dois fatores: ECOLOGIA e TECNOLOGIA.

Trata-se, portanto, de possibilidades geoeconômicas de regiões e de grau de desenvolvimento cultural, mas nunca de impossibilidade criativa do índio enquanto ser humano!

Com tal filosofia de criação, concebida pelo Prof. Darcy Ribeiro, foi esse Museu aberto ao público em 19 de abril de 1953 e, desde então, tem-se mantido fiel, em todas as suas manifestações culturais a esse ideal básico, integrando hoje, como órgão de estudos e pesquisas, a Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da FUNAI.

Muitas exposições foram montadas nestes trinta anos de existência mas todas elas tiveram um traço comum: a coerência, o comprometimento com a causa do índio brasileiro, a divulgação de seus usos e costumes, combatendo preconceitos e estereótipos.

4. A TÉCNICA MUSEOGRÁFICA

A par da ideologia do museu, uma exposição museológica não foge a dois aspectos fundamentais: um *teórico* e outro *prático*.

No aspecto *teórico*, há necessidade preliminar do conhecimento básico do assunto. No seu caso específico o Museu do Índio é uma instituição voltada para o estudo da Etnologia Indígena Contemporânea. A limitação do campo de estudo nesta área, o tema enfocado pela atual exposição é — “O ÍNDIO BRASILEIRO: SEU MUNDO ECONÔMICO, UNIVERSO SIMBÓLICO E SOCIAL”. A estruturação da mensagem cultural — tema tão vasto, para área espacial pequena — exigiu trabalho de síntese de propósitos e de manipulação criteriosa do acervo, uma vez que o fundamental eram mensagens visuais e escritas bem estruturadas e objetos representativos da temática enfocada.

Pela primeira vez o Museu do Índio numa só exposição aborda aspectos do econômico, do simbólico e do social, daí a divisão da exposição em três unidades fundamentais.

- a) *MUNDO ECONÔMICO*: a produção econômica indígena aparece na série de vitrines dedicadas à alimentação e vestuário; os mecanismos de consumo e distribuição de riquezas são ilustrados pelo “moitará” (espécie de mercado que possibilita circulação de vários produtos, hierarquizados nas categorias “superior”, “média” e “inferior”) e pelo transporte humano e fluvial;
- b) *UNIVERSO SIMBÓLICO*: a linguagem dos rituais e mitos está representada no KUARUP, que revive, simbolicamente, a criação do mundo xinguano pelo herói mítico MAVUTSIMIN, e na “Corrida de Toras”, praticada pelos grupos Timbira.
- c) *UNIVERSO SOCIAL*: as relações de parentesco, políticas e sociais estão representadas através do diagrama do sistema de parentesco, que estabelece a distinção entre a família ocidental, de filiação bilineal, e uma família indígena, de filiação patrilinear; focalizam-se os meios de comunicação entre os índios, que são povos ágrafos, e a pintura corporal rica de padrões ornamentais, além dos adornos distintivos de Chefia, de sexo, de posição social.

No aspecto *prático*, que é o sistema orientador da arrumação, a atual exposição do Museu do Índio valeu-se de novos e modernos recursos museográficos: vitrinas modernas e industrializadas da Syma System, que é um sistema de patente suíça de construção adequada à montagem de exposições em geral, mas que tiveram que ser adaptadas às necessidades técnicas de vitrinas de museu. Dispondo de perfis em formatos variados, conexões, trilhos em alumínio anodizado que conferem ao sistema grande mobilidade e flexibilidade de modulação, tornou-se um sistema prático e seguro de montagem de exposições.

Cuidou-se da ambientação da iluminação de vitrinas e salas, segundo os critérios de segurança e limites de unidades “lux”, com o grau de iluminância correto e necessário apenas à percepção de objetos e leitura de textos. Igualmente quanto ao simbolismo nas cores usadas: o verde das matas e o bege e tons de terra do chão de aldeias.

Ademais adotaram-se manequins próprios ao traje etnográfico, sem nenhum comprometimento com traços físicos.

Foram vários os graus de mensagem escrita da exposição: etiquetas, elaboradas em cartão italiano com "letraset", para as informações primárias; desenhos técnicos em transparência, ampliações fotográficas em sépia, de grande beleza e impacto; pintura a óleo, para as informações incorporadas à exposição.

Como informação adicional da exposição, elaborou-se um roteiro (guia impresso) com o objetivo de se fornecerem subsídios complementares que possibilitassem a ampliação de conhecimentos do público visitante a respeito de grupos indígenas brasileiros, por intermédio do refinamento de noções e conceitos de caráter antropológico, abrangendo os temas fundamentais da exposição: o econômico, o simbólico e o social.

A exposição permanente, com todas as suas exigências técnicas, constitui um ato de vulgarização, no sentido elevado do termo, do rigor do fato, do seu espírito de síntese, de sua pesquisa, de uma cronologia de valores. Assim, dentro dessas linhas gerais de exposição, nossa disposição de aproximação e comunicação vai corresponder às reações do público: grande público que, na sua heterogeneidade de inteligência, grau cultural e meio social, deve ser atingido pela exposição, tarefa complexa, porque deve vir não apenas do proveito que alguém possa auferir da contemplação isolada de objetos de valor artístico, histórico ou científico, mas, sobretudo, do esforço consciente e orientado no sentido de beneficiar o público, dando-se informações que aumentem seus conhecimentos. Em suma, a compreensão da exposição é tarefa de uma ação cultural dirigida.

BIBLIOGRAFIA

- GABUS, Jean — *L'objet témoin* — Ides et Calendes, et Calendes, Neuchatel, Suisse, Ed. 1975.
MUSEU DO ÍNDIO — Guia, 1978.
NOUVELLES de l'ICOM — Ethique des acquisitions, 23 (2) : 10-13, 1970.
RIBEIRO, Darcy — O Museu do Índio do Rio de Janeiro. *Museum* 8 (1) : 5-10, 1955.

AS REPRESENTAÇÕES DO ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO *

Claudia Menezes
Antropóloga do Museu do Índio

RESUMO: Analisa a responsabilidade do texto didático, na medida em que inculca na mente do educando, uma formulação distorcida e empobrecida do modelo de vida tribal. Considera a total generalização com que os textos tratam o indígena, desconhecendo os esforços da Antropologia Social e da Etnologia Indígena de avaliar os grupos indígenas em suas especificidades.

A proposta da palestra de hoje é expor, resumidamente, notas relativas à imagem do indígena brasileiro, tal como é veiculada pelo livro didático, explicitando idéias e formulações embutidas nestas representações e avaliando, em que medida, impossibilitam o conhecimento do índio real.

Antes de desenvolver a linha central da exposição parece-me necessário refletir sobre a função das instituições de ensino na disseminação do conhecimento, para que dimensione a importância do livro didático na constituição e reprodução deste saber.

Inicialmente é de interesse lembrar que os institutos de ensino surgiram apenas a partir do século XV, quando os asilos para estudantes pobres tornaram-se colégios, segundo o modelo adotado pelos jesuítas e oratorianos. A clientela, constituída por leigos, burgueses e nobres era integrada também por famílias da classe popular. É, portanto, uma instituição surgida recentemente.

Na sociedade moderna a educação escolar assumiu um papel importantíssimo na socialização secundária das crianças e na divulgação do conhecimento. Ao ingressar numa instituição de ensino o educando não recebe apenas informações, lhes são transmitidos, simultaneamente, formas de pensamento, hábitos, valores, concepções morais, enfim, todo um conjunto de idéias a respeito da vida e da sociedade. A cultura escolar fornece aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento, que opera como um verdadeiro filtro seletivo na percepção da realidade.

* Palestra realizada no curso "A Educação através do Museu", em 15/setembro/1982, no Museu do Índio, Rio de Janeiro.

Panofsky ilustra esta condição ao estabelecer relações entre a arte gótica e o pensamento escolástico. Os artistas entre 1130 e 1140, mesmo sem o perceber, reproduziram na escultura, na pintura e na arquitetura um princípio de ordem tomado de empréstimo à Escolástica, que disseminava todo um hábitus de pensamento através dos sermões e da escola, tendo em vista que possuía o monopólio da educação no período.

Constata-se, deste modo, que a instituição escolar seleciona e hierarquiza o saber, não se devendo esquecer que ela age de modo a selecionar e hierarquizar também a população escolar, funcionando como um canal transmissor de poder e de privilégios. Os mecanismos de discriminação da própria educação e as desigualdades de classe são, no entanto, dissimuladas pelo papel que a ideologia liberal atribui à educação, como instrumento de equalização de oportunidades. Isto significa que, pelo menos idealmente, todos têm direito de freqüentar os bancos escolares e de ter acesso à cultura formal.

É através da educação escolar que os componentes de uma sociedade recebem um conjunto de representações e de categorias que lhes fornece um guia de ação e lhes permite construir uma imagem de si mesmos, da vida social, da cultura, de outras realidades e culturas. Tome-se como exemplo as figuras da mãe e do padre, as quais se associam representações que contêm um ideário de como estes papéis sociais devem ser desempenhados. Observe-se, porém, que tais formulações longe de serem estáticas, sofrem modificações com o passar do tempo; a pauta de comportamentos admissível para a mãe urbana nos dias atuais ou para o padre, participante e politizado, pouco tem a haver com a imagem socialmente formulada da figura materna ou do sacerdote de cinquenta anos atrás.

Em todo e qualquer grupamento humano alguns comportamentos e sentimentos são consensuais e considerados legítimos, outros não. Frequentemente tudo aquilo que se afasta da pauta de valores estabelecida por uma determinada sociedade, ou mesmo, por segmentos dela, é encarado com desconfiança podendo, inclusive, ser considerado passível de punição. Isto quer dizer que a diversidade cultural raramente é encarada como um fenômeno intrínseco à vida social mas como expressão de algo aberrante, uma espécie de monstruosidade ou escândalo — como qualifica Lévi-Strauss — próprio da visão etnocêntrica. A atitude mais comum é o repúdio às formas culturais não familiares — quer sejam religiosas, sociais, estéticas ou morais — ou a abominação de indivíduos ou grupos que, por razões físicas ou sociológicas, se afastam negativamente dos padrões e expectativas particulares de uma coletividade.

O “outro”, discriminado e repudiado, pode estar muito próximo, como o homossexual, o negro, o corcunda, o alienado mental, entretanto o estigma pode atingir também comunidades religiosas, grupos raciais ou étnicos, considerados “estranhos” ao corpo social e questionadores da ordem estabelecida. O que une estas diferentes categorias de indivíduos é a condição de serem, sem exceção, objeto de estereótipos, que poderão ser negativos ou positivos, em função da ideologia construída para explicar tal discriminação e, ainda, dos interesses em jogo em cada situação concreta.

Concluída esta digressão, necessária para situar a função da instituição de ensino, podemos retomar o fio condutor desta exposição e refletir sobre o conteúdo dos livros didáticos utilizados pela rede escolar para o 1.º e 2.º graus no que se refere ao índio brasileiro.

As considerações que farei a seguir são fruto do levantamento, realizado em 1977 sob minha orientação, com o apoio do Conselho de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por Beatriz N. Junqueira junto a professores e alunos de seis escolas (três públicas e três particulares) nas zonas norte e sul da cidade do Rio de Janeiro. O material obtido nas entrevistas foi complementado pela análise de conteúdo de textos didáticos, selecionados entre os títulos recomendados oficialmente pela Comissão Estadual do Livro Didático, através do MEC. Como seria cansativo enumerá-los passo-lhes a listagem dos mesmos (Anexo 1).

Nossas observações possuem muitos pontos em comum com o estudo, realizado na época, pelo antropólogo Everardo Pereira Guimarães Rocha e publicado na coletânea "Testemunha Ocular", cuja leitura eu recomendo. Como o seu trabalho complementa em alguns aspectos, a análise por nós elaborada, esses resultados foram integrados à presente aula.

Cabe perguntar por que o livro didático foi escolhido como matéria-prima de análise, se existem outros canais de divulgação de um saber sobre o índio, que se pretende verdadeiro, como os meios de comunicação — especialmente a televisão e o cinema — a literatura, a música, o teatro, igualmente emissoras de imagem e, portanto, merecedoras de estudo criterioso? Embora, de fato, a escola não seja o único canal veiculador de informações, interessou privilegiar a educação e a cultura escolar exatamente por sua função disciplinadora do pensamento e do comportamento infantil. Assim, na ação e no discurso pedagógico, o livro didático ocupa o papel de mediador entre a escola, o professor e o aluno. Como assinala Rocha, o que define o texto didático é, exatamente, a capacidade de sistematizar e fragmentar um determinado campo de conhecimento. Ao veicular conhecimento, ou ao auxiliar a veicular informações, transmite noções consideradas básicas e também valores e comportamentos considerados legítimos para uma determinada fração da sociedade. Deste modo, para fins de análise, foram considerados textos didáticos aqueles escritos com esta finalidade e adotados oficialmente pelas escolas públicas e privadas.

A primeira questão a ser formulada é a seguinte: como é que os textos percebem o índio e que categorias utilizam para expressar esta percepção? Afinal, o que os textos pretendem "ensinar"? Um dos aspectos que merece atenção é a recorrência das informações apresentadas. Na grande maioria os textos recortam o universo indígena de modo a construir um modelo reducionista sobre a organização e funcionamento das sociedades tribais. As informações, em geral restritas aos padrões de moradia, hábitos alimentares, meios de transporte, são sintetizadas em frases curtas, no estilo "os índios constroem ocas", se alimentam de mandioca, utilizam canoas, etc. Nada do que é dito possibilita ao aluno perceber na sociedade indígena a existência de mecanismos econômicos, de princípios de organização social, ou vislumbrar a beleza e o sentido das narrativas míticas, dos rituais e da pintura corporal; ou seja, muito mais do que simples expressões lúdicas e estéticas essas manifestações constituem uma linguagem riquíssima de significados.

A veiculação reiterada de um mesmo tipo informação é intencional, faz parte da técnica pedagógica de reduzir o conteúdo para a obtenção de melhores resultados de aprendizagem, de apreensão e fixação da matéria. Este dado é suficiente para que se avalie a responsabilidade do texto didático, tendo em vista que este inculca na mente do educando uma formulação distorcida e empobrecida do modelo de vida tribal.

O segundo aspecto que considero de suma importância, é a total generalização com que os textos tratam o índio, tornando impossível reconhecer o homem histórico, que se esconde por detrás das representações ideológicas que se fazem dele. As frases comumente estruturadas

“os índios andavam nus, construíam redes, gostavam de pintar o corpo”, oferecem uma imagem ilusória; em primeiro lugar, de que estes aspectos são de fato relevantes e, além disso, que são aspectos comuns a todo e qualquer grupo indígena, a cada momento da sua história.

É evidente, por outro lado, o contraste com o branco, seja ele o colonizador português — cujo tipo social é bem definido, pois os textos se referem à nacionalidade, a classe social (nobre ou homem do povo) — ou o missionário, uma vez que, as ordens sacerdotais (jesuítas, capuchinhos, etc.) são identificadas.

As referências às tribos indígenas, parcas e equivocadas, distinguem os Tupis, caracterizados como “pouco adiantados”, os Tapuias “ferozes e atrasados”, os Nuaruaques classificados como “artistas” e a tribo Canini — desconhecida dos etnólogos — da qual teria originado o termo canibal.

Os esforços da Antropologia Social e da Etnografia Indígena no Brasil têm sido exatamente pelo movimento inverso ao da generalização. A proposta da produção científica é avaliar os grupos indígenas em sua especificidade: o que caracteriza os Xavante, os Paresi, os Guarani, os Suyá? Que soluções, são adotadas por cada uma dessas coletividades para resolver problemas de sobrevivência material, para estabelecer vínculos de parentesco e aliança, que idéias concebem para explicar a origem da sociedade e da natureza?

Os textos didáticos negam, por completo, esta busca de compreensão, ignoram o quadro de conceitos formulados pela Antropologia e a reflexão científica que tem norteado a observação das sociedades indígenas. É surpreendente, mas na sua totalidade não se baseiam em monografias, relatórios e ensaios concebidos com rigor, frutos de pesquisa criteriosa; utilizam como fonte os diários de viagem ou relatos impressionísticos de cronistas, missionários ou, ainda, os documentos oficiais do século XVI e XVII, quando nenhuma ciência social havia constituído o seu campo de saber científico.

Excepcionalmente um ou outro autor consultado menciona a diversidade cultural das tribos brasileiras quanto aos costumes, tecnologia, crenças, língua e aparência física. Porém, feita a ressalva, o texto mantém o tratamento de diversas sociedades indígenas como se formassem um todo inespecífico, em posição a uma outra totalidade, a cultura européia do colonizador.

O texto ilustrado¹ que eu trouxe para consulta (Anexo II) é paradigmático, demonstra claramente esta relação de oposição construída a partir de uma concepção de base, a idéia de primitivismo.

Lê-se no cabeçalho: “eram muitos e estavam espalhados por todo o Brasil”. O emprego do termo espalhado é significativo, indica o desconhecimento intencional da distribuição geopolítica dos grupos indígenas e o fato de controlarem politicamente territórios e os explorarem economicamente.

Mais grave ainda, escamoteia a resistência organizada que os grupos tribais fizeram à invasão de suas terras pelos colonizadores. Como assinala o sociólogo Florestan Fernandes, ainda hoje se apresenta como verdadeira a imagem de que os “aborígenes”, nessa parte da América, se limitaram a assistir, passivamente, à ocupação da terra pelos portugueses. Nada, porém, é mais falso: nos limites de suas possibilidades os índios defenderam aguerridamente seus territórios. Se o

1 “Como o Brasil Cresceu”, Wilma Caruso de Carvalho, série de Estudos Sociais, Ao Livro Técnico S/A: 1973.

desfecho histórico não lhes foi favorável, isto em nada minimiza a participação indígena no processo de luta.

A *figura 1*, que reproduz a figura de um membro da tribo Mehinako (Parque Nacional do Xingu) sem, no entanto, explicitar o porquê desta escolha, elege como índice de atraso e incivilidade a nudez. O costume de andar despido, ressaltado em todos os textos, sem exceção, explicita a intenção de naturalizar a realidade indígena, negando-lhe uma moralidade própria. A vestimenta possibilita um mapeamento do corpo, indica as partes liberadas para serem vistas e as que devem ser escondidas, define regiões puras e impuras; através do ato de vestir se estabelece um controle sobre a sexualidade. O corpo deve, portanto, ser contido pela ação da cultura.

Ora, deduz-se que homens que não se propõem a exercer esta vigilância sobre o próprio corpo são seres animalizados, despossuídos de cultura e dominados pelo instinto. Daí o confronto com o costume do colonizador e a enumeração minuciosa dos componentes de sua indumentária (tipos de tecido, sapatos, cintas de couro, chapéus), em contraste com os adornos corporais usados pelos índios, feitos de elementos retirados da natureza (penas, dentes, ossos de animais), que reforçam a idéia de naturalização e a rusticidade. O fato de acrescentar-se a afirmativa “ossos de animais e, até mesmo, dos seus inimigos” retoma e desenvolve a associação com a animalidade, pois além da nudez — que indica desconhecimento de interdição quanto à exibição do próprio corpo — a prática do canibalismo demonstra impudor pelo ato de consumir outro corpo, atitude considerada não própria de humanos.

Deste modo, o aluno é induzido a pensar que os grupos indígenas não desenvolvem uma concepção de pudor própria e que todos, indistintamente, praticavam o canibalismo. Não se discute ou se acrescenta qualquer dado esclarecedor a respeito do significado sociológico da antropofagia ritual praticada, diga-se de passagem, por pouquíssimas tribos no Brasil, como os Tupinambá.

A *figura 2* reafirma esta condição de rusticidade na caracterização da moradia indígena (casas pequenas e feitas de palha e galhos de árvores), sem qualquer referência às técnicas de construção, a preferência de cada grupo tribal por um padrão arquitetônico (a ilustração retrata uma maloca típica do Xingu) e às relações entre ocupação de espaço físico e organização social.

Quanto à informação “mudavam muito”, que denota um sistema específico de exploração econômica do meio ambiente, conhecido por nomadismo ou seminomadismo, próprio de tribos caçadoras e coletoras, nada é dito. Incorre-se, de novo, no erro da generalização, uma vez que dentre várias tribos brasileiras as que eram prioritariamente agrícolas, adotaram padrões de residência diversos do indicado, como os Paresi ou os Terena de Mato Grosso.

A *figura 3* introduz uma nova idéia, a da utilização predatória da natureza: “quando ficava difícil plantar ou caçar num lugar, procuravam outro”. A imagem formulada é a de homens que unicamente aproveitavam os recursos do meio ambiente para se proverem do que necessitam, sem maiores esforços ou planejamento. Está presente, uma vez mais, a posição estereotipada e reducionista que contrasta as condições materiais de existência indígena e a racionalidade econômica do europeu, capaz de transformar o meio ambiente através do trabalho produtivo, programado e regular. Além da categoria trabalho, que não aparece de forma explícita, é colocada a categoria mercado, com as referências feitas às trocas indígenas em contraposição à compra e venda de mercadorias.

O sistema de pensamento indígena é referenciado nas *figuras 5 e 9*, que enunciam formulações complementares. Na primeira o sistema simbólico é reduzido ao animismo (adoravam os astros, a lua e as estrelas), podendo este elemento ser relacionado ao desconhecimento da linguagem escrita, o que caracteriza os índios como despossuídos de capacidade reflexiva. Privilegia-se assim o sistema de aquisição de conhecimento por meio da linguagem escrita (os europeus sabiam ler e escrever e já fabricavam livros), negando-se o estatuto educativo dos meios orais indígenas de transmissão de conhecimento. Há, de modo explícito, a valorização da educação formal e da “pedagogia civilizadora”, que se coloca como dominante por pertencer a uma cultura considerada erudita e letrada, conseqüentemente, “superior”.

Os demais quadros (figuras) reforçam a inferioridade indígena em outros tantos aspectos, em face do modelo ocidental europeu: a organização familiar, a organização política, as inovações técnicas, etc.

Os verbetes, complementados pelo recurso visual, as ilustrações, procuram demonstrar a condição de superioridade do homem branco, cristão, de origem européia, por suas conquistas tecnológicas e por suas qualidades intelectuais. A proposta não poderia ser mais clara: a visão estereotipada, generalizadora e esquemática do indígena — construída por oposição à representação do branco — apresentada nos textos didáticos, justifica ideologicamente o processo de dominação econômica e política a que foram e são submetidas as sociedades tribais no Brasil.

Retomando o material fornecido pelas entrevistas e pelos compêndios pode-se questionar o espaço que os textos destinam a estas sociedades na história brasileira. Com variações mínimas de um título para outro, observa-se que este espaço se abre apenas nas referências feitas ao índio nos capítulos relativos à descoberta e ao período colonial e também quando se trata de definir o que é a “etnia brasileira”.

Tais referências associam o índio aos temas descobrimento, pau-brasil, caminhos marítimos, expedições, capitanias hereditárias; não constitui, em si mesmo, objeto de conhecimento específico. A categoria índio designa assim os povos com os quais os colonizadores se defrontaram no século XVI, havendo uso dos subtítulos primitivos habitantes da terra, habitantes de Pindorama, primeiros habitantes, etc. O material informativo apresentado procura configurar a imagem de povos que não pertencem à história contemporânea do país e sim a um passado longínquo irre recuperável.

O índio, além de ser o primeiro habitante, diferencia-se por sua aparência física (“pele bronzeada, cabelos escuros”), embora nem todos sejam encarados do mesmo modo. A história oficial, que transparece nos textos, classifica uns de “pacificados” equivalente a “amigo dos portugueses” e outros de não-pacificados ou “inimigos dos portugueses” e “aliados dos franceses invasores”.

Nestas rubricas os índios além de serem primitivos e selvagens, estão também associados ao homem pré-histórico. Segundo alguns livros quando Cabral aportou na nova terra concluiu uma viagem no espaço e no tempo, pois nas Américas encontraria os remanescentes do homem pré-histórico.

Com relação à catequese, que recebe um destaque especial nos textos, o papel da atuação religiosa na ação colonizadora é valorizado, especialmente no tocante ao trabalho realizado junto aos grupos tribais. Nesta rubrica apresenta-se, em geral, uma classificação das línguas indígenas (geral e travada) e no item religião utiliza-se a figura do pagé, identificada à do curandeiro. No subitem família discute-se a promiscuidade sexual. Os índios são apenas pano de fundo da trajetória dos mis-

sionários jesuítas, estes sim, avaliados positivamente e idealizados como figuras beneméritas e abnegadas, cuja ação possibilitou a metamorfose de ateus/bárbaros em homens cristãos civilizados.

Quanto à contribuição indígena para a formação do caráter nacional, a comemoração do Dia do Índio nas escolas é sustentado ideologicamente por esta formulação, de que as tribos colaboraram com o seu gene para a constituição genético-racial do brasileiro e, como tal, simbolizam as raízes da cultura e da nacionalidade do país.

CONCLUSÃO

A título de conclusão gostaria de retomar sumariamente algumas questões colocadas, antes de iniciarmos a discussão. Ficou evidenciado que as representações do índio são construídas a partir de um eixo principal: 1.º) os grupos indígenas são concebidos enquanto “ser genérico”, 2.º) consubstanciam, sob diversas formas, o primitivismo.

A partir deste eixo há um leque de possibilidades de manipulação da imagem do índio, em função de interesses e do contexto no qual o problema está sendo tratado. Quando o índio é relacionado à etnia brasileira enfatizam-se as facetas ligadas à sua contribuição para o cruzamento entre as raças, sendo-lhes incorporadas as noções de amor à liberdade e bravura. Essa é a versão corrente do problema da escravidão indígena: sua incapacidade para o trabalho e insubmissão ao cativo.

A coragem é considerada a partir da atuação conjunta com os portugueses pelo controle econômico e político das terras colonizadas, isto é, nas lutas contra as invasões francesa e holandesa. Enquanto Araribóia e Poti são legitimados pela história oficial como índios valorosos e amigos, os que se aliaram aos inimigos dos portugueses (portanto aos holandeses e aos franceses) são considerados inimigos e desleais.

Na leitura ideológica da cataquese o índio torna-se infantil, carente de proteção. Diante do colonizador e para escalonar os “estágios” de civilização constrói-se uma terceira imagem: a do índio primitivo, selvagem e antropófago.

Através dos diversos elementos observados e das questões assinaladas pode-se inferir que os livros didáticos criam e veiculam imagens dos indígenas marcadas pela estereotipia negativa. Isto é grave, considerando-se que o professor primário utiliza o texto didático como principal fonte de consulta e de transmissão de conhecimento sobre o tema indígena e, ainda, porque a difusão de tais textos atinge milhões de estudantes. As publicações poderiam ter função criativa e serem politicamente libertadoras se fossem baseadas no corpo de conhecimentos científicos e humanísticos disponível sobre o assunto.

Mesmo quando professores e alunos expressam imagens positivas do índio, a oposição ao civilizado está presente, sendo acompanhada pela idealização das formas organizativas e ideológicas tribais. Os índios passam a ser valorados porque são “unidos”, “trabalham juntos”, “se ajudam mutuamente”. O que se afirma, igualmente, é a diferença porém, desta feita, através de atributos positivos como a união, a harmonia, a integração, a ingenuidade indígenas, atributos estes que lhes são, uma vez mais, impostos.

ANEXO 1

LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS

- CARVALHO, Mota. *Ensino moderno de história do Brasil*, 18 ed. Ed. do Brasil, 1969, v. 1.
- CARVALHO, Wilma Caruso de. *Como o Brasil cresceu*. Rio de Janeiro. Livro Técnico, 1972.
- CORRÊA, Viriato. *História do Brasil para crianças*. 25. ed. CEN, 1961.
- MARTINEZ, Maria Quintanilha. *Brasil, nossa terra nossa gente*. Rio de Janeiro, Livro Técnico, MEC, 1972-3.
- NEVES, Deborah Pádua Mello. *Estudos Sociais, Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro, 1973.
- OURO PRETO, Sonia Pacheco. *Esta é a nossa História*. São Paulo, Ed. e Divulgadora de Livros, 1969.
- PEQUENO, Daisy Charpenel. *O Brasil conta sua História*. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1972.
- PESSOA, Corina A. *Conversa sobre História do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1965 (Col. Gal. Benício).
- SANTOS, Januária. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. do Brasil, 1965.
- SILVA, Joaquina & DAMASCENO, Penna. *História do Brasil*. 20. ed. CEN, 1967.

ANEXO 2

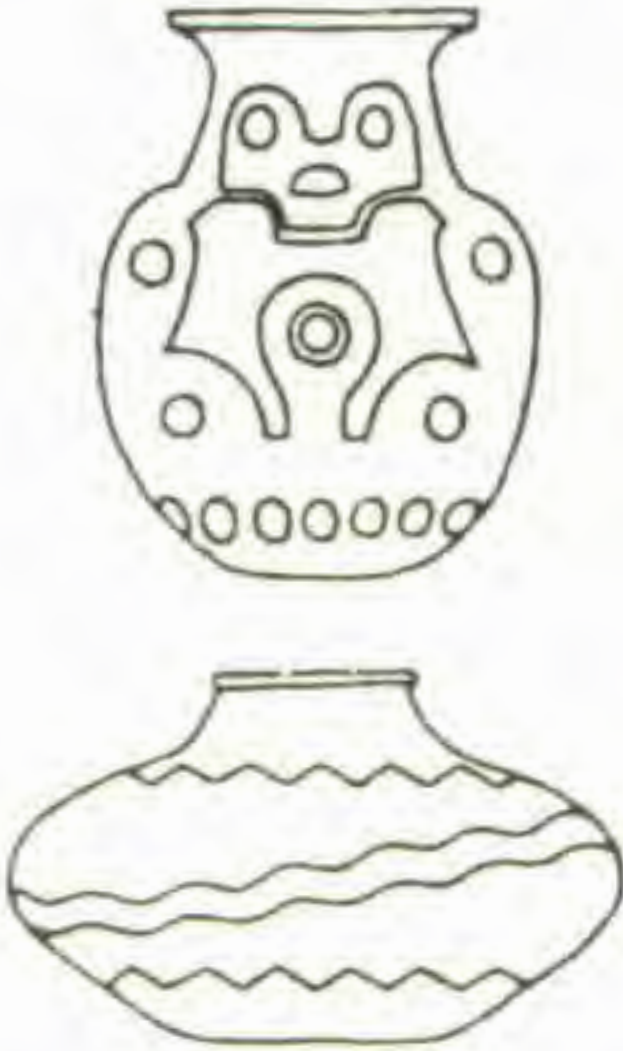
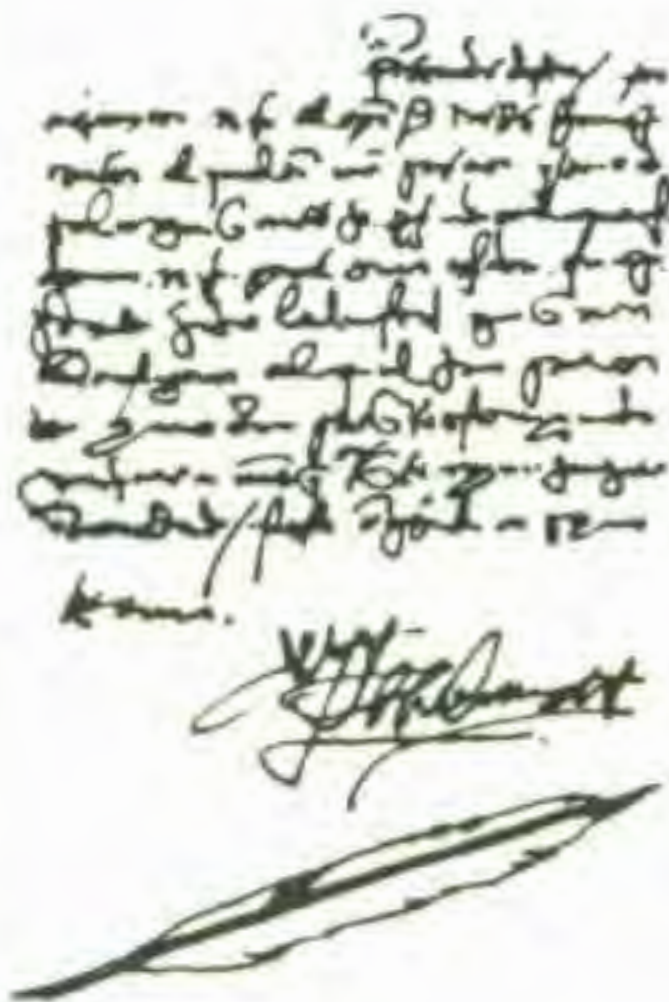
OS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL

Quando os portugueses aqui chegaram, encontraram pessoas muito diferentes dos europeus — os indígenas. Eram muitos e estavam espalhados por todo o Brasil. Andavam nus. Enfeitavam-se com penas, dentes e ossos de animais (e até mesmo de seus inimigos).

Andavam nus. Em algumas tribos, usavam tangas de tecidos rústicos, fabricados por eles. Enfeitavam-se com penas, dentes e ossos de animais.		Andavam vestidos. Usavam tecidos de lã, algodão e seda; sapatos e cintos de couro. Usavam freqüentemente chapéus.	
Como mudavam muito de um lugar para outro, suas casas eram pequenas, feitas de palha e galhos de árvores.		Moravam em casas sólidas, construídas com pedras, barro e madeira.	
Caçavam e pescavam com instrumentos rudimentares. Tiravam da terra frutas e legumes que encontravam. Plantavam mandioca, milho e batata-doce. Quando ficava difícil plantar ou caçar, num lugar, procuravam outro. As sobras de uma tribo eram trocadas com as de outras.		Não se limitavam a tirar da terra o que nela encontravam. Plantavam e colhiam regularmente. Criavam animais para obter alimentos, caçavam e pescavam. Compravam, faziam e vendiam mercadorias.	

Que pode acontecer quando grupos de pessoas de modos e vida tão diferentes se encontram?

No quadro a seguir, você poderá descobrir algumas diferenças entre o modo de vida dos índios e dos portugueses, por ocasião do descobrimento do Brasil.

Andavam a pé, percorrendo pequenas ou grandes distâncias. Nos rios, nos lagos ou nos mares, usavam canoas feitas de tronco ou de cascas grossas de vegetais.		Andavam a pé para vencer pequenas distâncias. Para percorrer longas distâncias andavam a cavalo ou em carros puxados por animais. Para navegar, usavam caravelas.	
Não sabiam ler nem escrever. Faziam desenhos e pintavam objetos (armas, vasos, utensílios de cozinha). A música e a dança estavam presentes em todas as suas atividades: guerras, caçadas, funerais.		Sabiam ler e escrever e já fabricavam os primeiros livros.	
Desconheciam os metais e as armas do homem branco. Suas armas eram o arco, a flecha, o tacape, todos feitos de madeira, pedra ou ossos de animais e galhos de árvores.		Usavam armas de fogo (arcabuzes, pistolas) e armas brancas (espadas, lanças, punhais).	

Cada tribo tinha um chefe — o cacique —, escolhido pela coragem, astúcia e inteligência que demonstrava. Ele decidia a guerra, comandava os companheiros, determinava o dia da caça e da pesca.

Outro chefe, o pagé, era o feiticeiro e curandeiro. Cuidava dos doentes, ensinava aos jovens os hábitos e as lendas da tribo, guardava os objetos sagrados.



Tinham um rei que governava o país e também a colônia — o Brasil.



A mulher obedecia ao marido. Trabalhava para ele, cuidava da habitação, fabricava os utensílios de cozinha (cuias, cestos etc.) e ajudava nas pequenas plantações que faziam.

O menino aprendia com o pai a fazer armas, a lutar, a caçar e a pescar. A menina aprendia com a mãe a fazer os serviços domésticos.



A mulher obedecia e ajudava o marido, trabalhava com ele no campo. Os filhos seguiam, geralmente, a profissão dos pais. As filhas recebiam das mães educação doméstica.



Adoravam os astros: o Sol, a Lua e as estrelas.



Adoravam um Deus único, criador de todas as pessoas e coisas.



Composto e Impresso na

 **COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
TEL. 222-3359**

RUA RIACHUELO, 128